



# Anais da Assembléia

N. 117

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 19 DE OUTUBRO DE 1987

ANO XIII

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA  
ATA DA 99.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 1987  
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Valderi Mendes Vilela.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Afonso Júnior, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (46). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ferrari Júnior, José Alves, Antônio Bárbara, David Cheriegate, José Felinto, Luiz Antônio Setti e Quielse Crisóstomo (07). Achando-se em licença a Senhora Deputada Irondi Pugliesi (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) -  
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

Indicação:

### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Solicito a Vossa Excelência seus préstimos no sentido de que seja substituído o

Deputado Nereu Carlos Massignan, do cargo de Membro Efetivo da C.P.I. do Banco do Paraná, pelo Deputado Nilton Roberto Barbosa.

Outrossim, nesta oportunidade gostaria de indicar para suplentes os Deputados: José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Acyr Mezzadri.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 229 de setembro de 1987, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Meninos de Curitiba", com sede e foro nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) ANIBAL KHURY

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a votação em Regime de Urgência, do Projeto de Lei que denomina Aeroporto do Município de Cianorte "Engenheiro Gastão de Mesquita Filho".

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) DIRCEU MANFRINATO

### JUSTIFICATIVA:

- A pista de pouso pavimentada do referido aeroporto será inaugurada no próximo dia 07.11.87, ocasião em que será deserrada a placa que denomina o nome do aeroporto.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base regimental, dispensa da Discussão e Votação da Redação Final para o Projeto de Lei n. 199/86, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) ERONDY SILVÉRIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, consignação em Ata de voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor Ignácio Kampa, ocorrido no dia de ontem.

O lamentável acontecimento veio enlutar a sociedade paranaense, em especial ao Município de Araucária da qual era ex-prefeito, cuja gestão foi marcada pela sua brilhante atuação, deixando a seu filho, Rogério Kampa, atual Prefeito daquele Município, um legado de integridade e total dedicação, bem como a esta Assembléia Legislativa, da qual era funcionário, onde o falecido gozava de grande estima e respeito, em razão de sua conduta e exemplo de vida.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência aos membros da família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) ANIBAL KHURY

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, consignação em Ata do voto de profundo pesar pelo falecimento do ilustre empresário Lourival Ferreira, vítima de trágico acidente aéreo, ocorrido no dia 18 de outubro último, ocasião em que pilotava a aeronave em companhia do primo Anderson Cheidt.

O lamentável acontecimento deixa irreparável lacuna na sociedade paranaense, bem como no meio empresarial, onde o falecido se destacou pela sua relevante atuação junto à Empresa COMAER - Comércio de Aeronaves Ltda., na qual era sócio proprietário.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência aos membros da família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) ANIBAL KHURY

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de votos de pesar à família Kampa, pelo passamento de seu patriarca, Senhor Inácio Kampa, através do Senhor Rogério Kampa, Prefeito Municipal de Araucária.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) GERNOTE KIRINUS

#### JUSTIFICATIVA:

Araucária e nosso Estado perdem um pouco de sua história com a perda desse valoroso homem. Ex-Prefeito de Araucária, constitui família naquele município, no qual atualmente seu filho, Rogério, continua seu trabalho. Com sua luta, sua persistência, sua perspicácia, trilhou um caminho de progresso e grandeza agora desfrutado pelo povo de Araucária. Assim como nós, a comunidade araucarense chora a ida de seu filho, que partiu para a vida eter-

na, mas permanecendo para sempre entre nós, em nossa lembrança, em nosso coração. Queremos nos solidarizar com a Família Kampa, por esta perda de inestimável valor.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER voto de profundo pesar, com inserção nos Anais da Assembléia Legislativa, pelo falecimento do Senhor João Antônio Aguirre Lamezon, ocorrido no dia 14 próximo passado.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência a família enlutada, através de sua esposa, Senhora Derna Hilda Lamezon (Rua do Centro, 1064 - Jardim Paraíso - Umuarama - PR.).

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Jairo Sampaio Viena, ocorrido em Jardim Alegre, no dia 19 de outubro de 1987.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência à família do extinto, dirigindo-se correspondência para a Senhora Maria Ruth Ribeiro Sampaio, rua Santos, n. 10 - Jardim Alegre - Pr. (86.860).

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

Farmacêutico de profissão, Jairo Sampaio Viena, era também um pioneiro. Há mais de 30 anos, vinha prestando relevantes serviços à comunidade de Jardim Alegre, onde era profundamente estimado e respeitado. O seu desaparecimento, deixa uma enorme lacuna, lacuna esta difícil de ser preenchida, pois, Jairo Sampaio Viena era dessas raras pessoas que marcam presença por onde passam.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje de voto de congratulações e aplausos a todos os médicos do Paraná pela passagem do Dia consagrado ao médico.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Dr. José Elias Aiex Neto, Presidente da Associação Médica do Paraná, bem como ao Dr. José Antônio

Mainguê, Coordenador do Serviço Médico desta Casa, para que recebam e transmitam a todos os senhores médicos, o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A profissão médica é tão nobre e tão importante socialmente que praticamente tudo já se disse, ao longo do tempo, para elevar o trabalho desse profissional, em suas mais variadas especialidades.

Mas convém refletir que o médico é um dos poucos profissionais que têm que cumprir o seu trabalho de forma singular. Para desempenhar a missão ele luta com muitos obstáculos, muitas vezes todos ao mesmo tempo. Primeiro, contra o imponderável da vida, contra os desígnios divinos; nem sempre está nele a salvação, mas mesmo assim não raro tem feito aquilo que se convencionou chamar "um milagre da medicina". Luta também contra os recursos específicos, tem que enfrentar as falhas estruturais sociais que são o grande empecilho para que seu trabalho chegue a bom termo a cada vez que é solicitado.

Todavia, ainda que enfrentando percalços que qualquer outro profissional, a humanidade continua venerando tão significativa figura humana, desde Hipócrates até os mais recentes profissionais saídos das Escolas de medicina.

Essa veneração deve-se ao fato de ser a Medicina um sacerdócio, profissão que somente é abraçada por ideal, carreira que só se escolhe com o coração. Diz-se que seu trabalho se eterniza na busca do alívio pleno para os males do mundo.

É por essa luta, pela abnegação, pelo sofrimento com que todo dia compartilha no seu labor, que devemos prestar homenagem a todos os profissionais da medicina, não só aqueles que estão ao lado do paciente como tantos outros que anonimamente fazem parte da classe, sejam como cientistas, sejam na equipe de retaguarda, no apoio. Todos os médicos merecem, hoje e sempre, o nosso respeito e o nosso reconhecimento.

O médico é a esperança. E tanto maior quanto maior for o desespero. Ele é permanente soldado lutando cotidianamente contra a morte.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado que este subscreve, no momento em que REQUER a esta egrégia Assembléia, ouvido o Plenário, na forma da lei, registre em seus anais voto de congratulações e apreço ao Doutor Fernando Xavier Ferreira, pela sua posse na Presidência da TELEPAR.

REQUER, também que se officie ao referido técnico solicitando marque o início

da sua gestão com um gesto de boa vontade dirigido ao povo da periferia da Capital, pela determinação da instalação de um telefone comunitário, na favela Santa Luzia, em Tatuquara, nesta Cidade de Curitiba. Fará assim, sua Excelência, sua estréia como mandatário da TELEPAR associando as primeiras providências com o slogan presidencial "TUDO PELO SOCIAL".

Confirmará, pela agilidade de atendimento, o apreço que, há alguns anos, a sociedade curitibana acostumou-se a dedicar-lhe.

O expediente original de solicitação deste telefone, redigido pelo povo, encaminhado pelo presidente da Associação de Moradores, data de outubro de 1986, e levou na Prefeitura de Curitiba o número de protocolo 55.957/86, até agora não atendido.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) RAFAEL GRECA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Coritiba Futebol Clube pela passagem do seu 78º aniversário de fundação.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Senhor Evangelino da Costa Neves, Presidente do Coritiba F.C., para que receba e transmita a todos os companheiros da Diretoria e Associados, o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O dia 12 de outubro marcou a passagem do 78º aniversário do Coritiba Futebol Clube, uma das maiores glórias do esporte paranaense, e o principal clube futebolístico do Estado em termos de títulos e conquistas nacionais.

A trajetória vitoriosa do "COXA", desde 1909 - quando foi fundado, tem sido motivo de orgulho para os paranaenses e servido de elemento divulgador e promotor da nossa Capital e do nosso Estado. Além dos 29 títulos regionais, o Coritiba tem se destacado nas competições de âmbito nacional, sendo Campeão do Torneio de Povo e Campeão Brasileiro. Em excursões internacionais, como representante do futebol brasileiro, sempre obteve marcantes resultados, inclusive conquistando a "Pita Azul", em 1972, num giro do qual retornou invicto.

Pela visão de suas diretorias o clube tem mantido uma posição atuante e participativa na vida curitibana. Graças ao espí-

rito administrativo de seus diretores e o apoio incondicional de sua grande torcida, erguem no bairro Alto da Glória o seu estádio, a principal praça de esportes de Curitiba e palco dos grandes acontecimentos do futebol, além de outras festividades inclusive religiosas.

A grandeza do Coritiba deve-se a ilustres e dedicados "Coxas" que passaram pelos cargos diretivos, de Antônio Couto Pereira a Evangelino da Costa Neves; deve-se a depreendidos atletas que deram de tudo pelo Coritiba, principalmente nas épocas em que o jogador de futebol ainda não de todo profissionalizado defendia o clube por amor, sujeito não raro a grandes sacrifícios; deve-se também aos jogadores das fases mais recentes, que vivendo o evento do profissionalismo, se empenham em grandes batalhas esportivas, porque apenas competir já não é suficiente.

Pelo que tem feito em favor do futebol do Paraná, pela projeção que deu nacional e internacionalmente a Curitiba e ao Estado, o Coritiba é credor de nossa melhor homenagem.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja concedido um voto de congratulações ao Presidente do Jornal "Indústria e Comércio do Paraná", Senhor Odone Martins, pelas comemorações alusivas aos 11 anos de fundação do Jornal.

Outrossim, após aprovado REQUER, seja dada ciência ao Jornalista Odone Fortes Martins, extensivo a toda equipe de jornalistas e funcionários do referido Jornal, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

É com grande prazer que solicitamos tal voto de congratulações, pois o Jornal Indústria e Comércio do Paraná é um importante meio de informações ao Empresariado Paranaense sobre matérias de cunho político, econômico, social, marketing, administração, investimentos, operações, avanços tecnológicos, enfim um dos mais abrangentes na área.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado que este subscreve, REQUER a inserção, para a história, nos anais da Assembléia, após ouvido o Plenário, de voto de congratulações e apreço à presidente e à benemérita diretoria, - bem como ao corpo de funcionários e voluntários -, da Associação Feminina de Proteção à Maternidade e à Infância, com

sede nesta cidade de Curitiba, pela realização, na última sexta-feira, dia 16 de outubro, de missa solene, na sede à Avenida Iguazu, 2884, em ação de graças pelos 73 anos da instituição de socorro às mães solteiras, e de amparo aos bebês e gestantes carentes, bem como pelos 37 anos da creche Ana Messias, a primeira do Estado do Paraná, mantida por inspiração de Dona Paula Pedroso do Amaral, a popular "Tia Paula", nora do saudoso médico Dr. Victor Ferreira do Amaral, fundador e primeiro reitor da Universidade do Paraná, amparo e educadora de muitas gerações de alunos, entre os quais se inclui este Deputado.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

Todo o Brasil sabe do trabalho de Dona Paula e de seus cooperadores e cooperadoras, dentro da fidalguia tradicional da família Amaral, em suprir com o pão da vida os que nascem oprimidos pela pobreza. Bem-aventurada, pois. Registre-se nos anais desta Assembléia do povo do Paraná.

O Brasil também conhece os métodos como Dona Paula tem mantido sua benemérita instituição: - através de uma escola exemplar destinada aos meninos e meninas cujos pais podem pagar, a "Escola Tia Paula", supre-se a Creche Ana Messias o berçário que lhe é anexo, a obra de orientação, esclarecimento, distribuição de enxovais, e até de encaminhamento de crianças para adoção.

Este registro vale como documento de que a Assembléia dos Deputados do Paraná reconhece, em meio à avareza do estado brasileiro para com o futuro, a importância das mãos generosas como as mantenedoras da benemérita instituição.

Fazemos tal proposição cientes da sentença de Sêneca:

"...Ad gloriam non est satis unis opinio..." (Para a Fama não basta uma única opinião, embora baste para a amizade e o amor).

Assim, sabendo do mérito da Associação, e da Creche Ana Messias, e da Presidente Dona Paula Pedroso do Amaral, proclamamos sua excelência de resultados em favor dos oprimidos, e pelo bem do Brasil, nesta Casa do Povo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado que este subscreve, REQUER a inserção nos anais da presente sessão, após ouvido o Plenário, de voto de congratulações e apreço aos artistas e galerias a seguir mencionados pela sua participação no movimento cultural da Cidade e do Estado.

Suas exposições, sem cunho oficial, reforçam o mercado de arte, informam o

público, e proporcionam ao nosso tempo de horizontes sombrios um horizonte de esperança.

Afinal, há que se dar razão ao poeta: "O mundo em ruínas só se resgata pela solidariedade e pela sensibilidade ..."

Registre-se, pois, para a história:

A exposição de gravuras e debate, de Renina Katz, da Galeria de Arte Documenta, em Curitiba, a partir de 26 de agosto deste ano;

O lançamento do livro de poemas de Paulo Leminski, na mesma Galeria Documenta, na Avenida Batel 766, com o título "Distraídos Venceremos", publicado pela Editora Brasiliense.

A exposição da artista plástica lapiana Janete Burda, realizada a partir de 10 de setembro, na Cary, Galeria de Arte, à rua Brigadeiro Franco 1425, nesta cidade.

A exposição dos artistas Aldemir Martins, Darci Penteado, Domício Pedroso, Eduardo Iglésias, Elena Nikitina, Erick, Luciana Teruz, Marcelo Grassmann, Marysia Portinari, Otávio Araújo, Poty e Rogério Teruz, chamada Doze Mestres, realizada na Galeria UFFIZI, à rua Parnaíba 411, também em Curitiba.

A exposição "São Francisco Revisitado", realizada na Galeria Acaiaca, no setor histórico da Cidade, à Praça Garibaldi, com vários artistas, de Antonio Maia, Jorge Sade, até Poty Lazarotto, dando a sua visão do santo da caridade, a partir da data de sua festa, a 4 de outubro passado.

A exposição de Cláudia Guimarães, curitibana, na Bico de Pena, galeria de arte, na Alameda Dom Pedro II, 24, nesta Cidade, com trabalhos de latex sobre tela, a partir de 20 de outubro vindouro.

Todos estes eventos valem para marcar a animação cultural de Curitiba, e demonstrar que persiste em nossos artistas a teimosia de resistir à civilização do "ter" com as tintas do "ser".

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) RAFAEL GRECA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado que este subscreve, REQUER inserção nos Anais desta Casa, após ouvido o Plenário de voto de congratulações e apreço à Diretoria do Jornal Indústria & Comércio do Paraná, que na data de hoje comemora 11 anos de fundação desse conceituado jornal.

Seja esta inserção nas Atas do Poder Legislativo do Estado do Paraná ocasião de apreço e demonstração de prestígio devido por esta Casa do Povo à imprensa voltada a livre informação.

Solicitamos o envio de cópia deste aos Senhores Odoni Fortes Martins, Presidente

do referido jornal e Jornalista Aroldo Marrah Haygert, Diretor de Redação.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) RAFAEL GRECA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a aprovação de votos de congratulações pela passagem do 31º aniversário de fundação do jornal "Tribuna do Paraná", transcorrido no último dia 17 de outubro do corrente.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

O prestigioso Jornal "Tribuna do Paraná" está completando 31 anos de lutas e trabalho incansável e incessante para cumprir o compromisso de informar com honestidade e isenção os seus milhares de leitores em todo o Paraná. Como ex-jornalista desse prestimoso veículo de comunicação, acompanhei durante alguns anos - e com muito orgulho também participei - o trabalho sério e voltado para o que há de mais objetivo e construtivo nas notícias.

Assim, os 31 anos de existência da "Tribuna do Paraná" representam para a imprensa escrita do nosso Estado um marco em sua história. Um marco que todos nós reverenciamos aos prestamos essa justa homenagem.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no regimento interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, sejam inseridos na Ata dos Trabalhos da presente Sessão nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do município de Abatiá, desejando àquele povo trabalhador e aos seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios do Direito prossigam em seu trabalho até alcançar a paz e prosperidade desejadas.

REQUER, também, que do presente, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do município apontado.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, votos de congratulações ao Instituto Brasileiro de

Desenvolvimento Florestal, na pessoa do Senhor Antônio José Costa de Freitas Guimarães, digno Presidente, pela comemoração do Cinquentenário dos Parques Nacionais Brasileiros, a ser realizada neste dia.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, com base no art. 134, § 1º, inciso IV, do Regimento Interno, REQUER que, após ouvido o Egrégio Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje um voto de congratulações ao Jornal "Indústria e Comércio do Paraná", o qual está completando 11 anos de atividades.

Fundado no dia 02 de setembro de 1976, pelo seu Diretor Presidente, Senhor Odone Fortes Martins, este veículo de comunicação tem por objetivo prestar as melhores e mais atuais notícias sobre economia financeira e assuntos gerais, de interesse empresarial.

Atualmente, conta com 150 funcionários e uma tiragem de 15.000 exemplares diários. Basicamente é o jornal curitibano que mais cresceu nos últimos dois anos, já estando, inclusive, circulando em termos nacionais.

Pela excelente qualidade de seus artigos é indiscutível o altíssimo conceito que vem mantendo junto aos setores empresariais e executivos.

Segundo informações do Diretor Comercial, Senhor Edison Helm, para o próximo ano já existem planos para um grande crescimento, que atingirá vários setores, o que resultará num aperfeiçoamento ainda maior ao já notável trabalho executado.

No quadro da diretoria, o jornal conta ainda com a colaboração de Irene Morva Martins - Diretora Administrativa/Financeira, e Haroldo Murag Hayzerd - Diretor de Redação.

Nas solenidades alusivas a esta importante data, que hoje está sendo realizada, será efetuada a entrega do II Prêmio Personalidade P & C, a líderes empresariais da Indústria, Comércio, Agricultura, Finanças e Publicidade, bem como, para personalidade da Política do Estado do Paraná, fato este a que pretendem dar continuidade, tornando-o tradicional.

Sentimo-nos honrados em prestar nossas sinceras homenagens à Diretoria e a toda equipe que compõe o Jornal "Indústria & Comércio do Paraná", ensejando votos de que suas atividades sejam cada vez mais coroadas de pleno êxito.

REQUEIRO, que cópia deste expediente seja encaminhado aos interessados.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de voto de louvor à Mara Fernandes, Guilhermina Maria Luppi Ballalai e Gislaine Ballalai Leôncio, do Instituto de Câncer de Londrina, congratulando pela brilhante campanha para munir aquele Instituto de bomba de cobalto que auxiliará no tratamento e combate ao câncer.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) IRONDI FUGLIESI

#### JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento se justifica face a nobreza de ideais que levou as referidas mulheres a desenvolver uma campanha, principalmente junto às prefeituras municipais da região do Norte do Paraná, a fim de munir o Instituto do Câncer de Londrina de Bomba de Cobalto 60, indispensável no tratamento do câncer.

O referido instituto destaca-se na área de combate ao câncer, constituindo-se no principal recurso da população do Norte do Estado.

A dedicação e esforço das companheiras acima citadas, ressaltam a sensibilidade que as mulheres têm principalmente quando assumem um compromisso profissional, onde conseguem com sua luta, atender aos anseios e necessidades de toda a população.

O presente expediente deverá ser encaminhado nominalmente e no seguinte endereço: Instituto do Câncer de Londrina, Rua Lucila Ballalai, 212 - Jardim Petrópolis - Londrina - PR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Mesa da Assembléia, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, votos de louvor e congratulações à professora Luci Faust.

Existem muitos que passam pela vida fazendo apenas o trabalho para o qual são pagos. Por isso, passam sem deixar marcas. Mas existem outros, e são poucos, que extrapolam o mero dever profissional, vão além, deixando marcas por onde passam porque auxiliando na construção de um mundo melhor e mais humano, onde o homem ainda pode ser gente.

A Professora Luci Faust é uma destas poucas pessoas. No início do ano, ao encontrar em sua sala de aula, na Escola Estadual Dona Carola, em Curitiba, a menina Alexandra Furquin da Cunha, 7 anos, portadora de glaucoma congênito e praticamente cega, aceitou o desafio de alfabetizá-la.

Para tanto passou a estudar a escrita e leitura para cegos, assim como a aprofundar-se na leitura especializada para atendimento de crianças com problema de visão. Sua dedicação foi recompensada. Hoje Alexandra está entre os melhores alunos da classe e totalmente integrada com seus colegas.

O exemplo da Professora Luci Faust é semente que deve frutificar, o que significa a presente proposição, da qual ainda se REQUER, se aprovada, seja dado conhecimento à professora, e a direção da Escola Dona Carola, ao Senhor Secretário da Educação e ao Departamento de Educação Especial desta Secretaria que vem acompanhando o trabalho excepcional desenvolvido pela mesma.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Para a força do amor não existem barreiras. Todos os obstáculos são vencidos. É o que demonstra a obra que vem sendo realizada pela Professora Paula Pedroso do Amaral, ou simplesmente "Tia Paula", que há mais de 50 anos vem acompanhando e dirigindo a Associação Feminina de Proteção à Maternidade e Infância de Curitiba, a qual desenvolve um "projeto de vida em benefício da mãe, da criança carente e da escola" e que mantém serviços diversificados, desde a Creche Ana Messias, que foi a primeira a ser fundada no Paraná e uma das primeiras no Brasil, até escolas do pré ao ginásio, abrigo da gestante e clube de mães.

Esta Associação, no último dia 16 completou 73 anos de relevantes serviços prestados à comunidade. O que justifica a presente proposição que, o Deputado que este subscreve, REQUER, na forma regimental à douta Mesa da Assembléia, seja inserido na Ata dos trabalhos da presente Sessão, votos de louvor e congratulações pelo transcurso dos 73 anos de existência da Associação Feminina de Proteção à Maternidade e Infância de Curitiba. Requer ainda, uma vez aprovada esta proposição, seja dado conhecimento à Associação em questão, com menção especial a Senhora Paula Pedroso do Amaral, "Tia Paula". (Av. Iguaçu).

Sala das Sessões, 19.10.87.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, em uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênua à douta Mesa, após ouvir o Magnânimo Plenário, sejam inseridos nos anais desta histórica sessão, votos de louvor ao Jornal Indústria e Co-

mércio, pelo transcurso de onze anos em informação e comunicação.

Uma vez aprovado, que de se ciência ao Jornalista Odene Fortes, Diretor Presidente, extensivo a toda Equipe de jornalistas e funcionários do "Jornal Indústria e Comércio", nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

#### JUSTIFICATIVA:

É com satisfação que, nesta histórica sessão, auguramos votos de louvor ao "Jornal Indústria e Comércio", pelo transcurso de mais um ano de trabalho e de vitórias.

É mais de uma década, informando o empresariado paranaense sobre matérias de cunho político, econômico, social marketing, ministração, investimentos, operações, avanços tecnológicos, enfim, o melhor que temos nesta área.

O seu conceito extrapola as divisas paranasistas sendo aceito com dignidade também em outros Estados. A exemplo da Gazeta Mercantil, o nosso Jornal Indústria e Comércio está gradativamente, ocupando seu espaço no cenário empresarial e político nacional, por mérito incontesti e insofismável de uma plêiade jornalística que, ao comando do ínclito jornalista Odene Fortes, que, com carisma e liderança, mantém estável um "pool" de fontes ricas, criativas e fidedignas, só enobrecem nosso Estado, e dignificam nossa Imprensa escrita.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, a inserção em ata de votos de regozijo à Classe Médica pela passagem do dia 17 de outubro, data comemorativa ao Dia do Médico.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS

#### JUSTIFICATIVA:

Não é difícil imaginar a grandeza da função social do profissional médico em nossa sociedade, que através de seu trabalho virtuoso e abnegado, apesar das agruras que a categoria enfrenta para o exercício da profissão, vem garantindo significativas vitórias no combate que trava diuturnamente em prol da saúde da população brasileira.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, a inserção em ata de votos de regozijo à Classe dos professores pela passagem do dia 15 de outubro, data comemorativa ao Dia do Professor.



Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS

**JUSTIFICATIVA:**

Através do nobre ofício dos professores, se transmitem e se desenvolvem conhecimentos, preparando os homens para o cumprimento de seus papéis a cada momento histórico, na incansável tarefa de busca do bem comum. Esta suprema tarefa muitas vezes desenvolvida sem que este profissional obtivesse as condições necessárias para tal exercício, porém, através de seu arrojo e despreendimento, buscam na criatividade e até pelo espírito de abnegação tornar possível a tarefa de construção de uma nova sociedade, calcada em bases mais sólidas e justas.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER da Mesa da Assembléia, o encaminhamento de proposição ao Senhor Governador do Estado para que determine à Secretaria de Estado competente a realização de reparos na ponte localizada na divisa de Curitiba com o Município de São José dos Pinhais.

A presente solicitação se justifica considerando-se que há bastante tempo a citada ponte encontra-se com a grade de proteção quebrada em mais de um terço de sua extensão (de um lado), e ainda pelo intenso movimento de veículos e mesmo de pedestres, ali verificado.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) ALGACI TÚLIO

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Presidente do Banco do Brasil, em Brasília, Senhor Camilo Callazans, a seguinte solicitação:

- A instalação de uma unidade de atendimento do Banco do Brasil do Município de Kaloré.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) NILTON BARBOSA

**JUSTIFICATIVA:**

O Município de Kaloré é essencialmente agrícola, com 20.000 hectares de terras altamente produtivas, divididas em 736 propriedades rurais, tendo ao todo um número de 700 mini e pequenos produtores. Suas terras férteis favorecem o cultivo de uma infinidade de produtos, entre os quais se destacam o algodão, arroz, café, cana de açúcar, feijão, milho, soja e trigo.

O comércio, menos expressivo mas não desprezível, conta com 129 estabelecimentos em pleno funcionamento. A população urbana é de 5 mil habitantes e a rural é composta de 8 mil. O Município possui toda a infraestrutura de desenvolvimento, abrangendo desde educação até o fornecimento de água e luz.

Embora com todos estes aspectos, o município é servido por apenas uma agência bancária. A agência do Banco do Brasil, que conta com centenas de clientes Kalorenses, beneficiários do crédito rural, está instalada no município de Borrazópolis, cujo acesso, como se vê pela sua distância, onera os custos dos trabalhadores e provoca elevada perda de tempo com a locomoção para retirar talonários, efetuar depósitos, saques, etc...

São por esses motivos que se requer a instalação de uma unidade de atendimento do Banco do Brasil no Município de Kaloré.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, Doutor Delcino Tavares da Silva, solicitando a destinação dos equipamentos necessários para a instalação de um gabinete odontológico no Distrito de Jardim Paredão, no Município de Altônia.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS

**JUSTIFICATIVA:**

O Distrito de Jardim Paredão possui um número expressivo de habitantes, principalmente, jovens, desassistidos de qualquer atendimento dentário.

O que torna imprescindível a instalação de um gabinete odontológico, considerando-se a importância deste atendimento, principalmente para os jovens em idade escolar.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado que este subscreve, REQUER, a inserção no expediente público da Secretaria de Estado de Educação das gestões necessárias junto à TELEPAR para providenciar a instalação de um telefone, solicitado há mais de ano pela comunidade de pais, professores e alunos, da Escola Estadual Lange Júnior, no Alto Boqueirão, na cidade de Curitiba, no lugar denominado Jardim Castelo Branco.

Outrossim, aproveita o envio deste expediente solicitado pela própria população em recente assembléia popular, para sugerir ao Governo do Estado, através da mesma



pasta, a implantação de um programa/convênio com a TELEPAR, para a automática instalação de telefones comunitários em todas as escolas da rede estadual de ensino: - entendem-se por telefones comunitários aqueles que têm a faculdade de receber ligações externas, e operam para fora mediante fichinhas.

No nosso entendimento representariam bom negócio para a operadora de telefonia, que lamentavelmente já não é controlada pelo Governo do Paraná, e ao mesmo tempo significariam serviço público inestimável, consolidando as escolas como endereços comunitários.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) RAFAEL GRECA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A violência campeia impunemente pelo Brasil afora. Na luta pela posse da terra e pela efetiva realização da Reforma Agrária, bandeira dos homens democratas deste país, dos defensores dos direitos do povo sofredor, marginalizado do processo sócio-político e econômico, continua fazendo vítimas inocentes.

Entidades reacionárias e pára-militares, com propósitos claramente criminosos, disfarçadas de defensores de questionáveis direitos, na maioria dos casos, são organizadas.

Os meios de comunicação social são utilizados para divulgar suas propostas e ameaças contra trabalhadores, seus defensores civis e religiosos.

Estranhamente as autoridades vedam os olhos e deixam criminosos agirem ao arrepio da lei. As mesmas que discursam tentando convencer a opinião pública que o Brasil vive "um Estado de Direito".

Paradoxalmente, o Governo Civil permite que entidades como as acima descritas ajam subsidiariamente como continuadores dos aparelhos repressores militares, tão combatidos na época em que se justificava alimentar esperanças de mudanças através dos atuais mandatários.

Uma das regiões brasileiras onde o conflito ganha dimensões alarmantes, é a de Conceição do Araguaia, no Sul do Estado do Pará, onde, fazendeiros do Sul do País e de outras regiões do País, encenam uma peça macabra e tétrica, onde as torturas, os assassinatos, perseguições e ameaças fazem parte da rotina diária daqueles que por opção, necessidade ou destino lá vivem ou tentam sobreviver.

Um dos marcados para morrer é o padre Ricardo Resende, coordenador da Comissão Pastoral da Terra regional. Motivo: defender os sem vez e sem voz, personagens dos mais inflamados discursos dos políticos e governantes travestidos de democratas e

mudancistas.

O anúncio de que sua "cabeça está a prêmio" foi feito recentemente em jornal de circulação nacional, a exemplo do que ocorreu em passado não muito remoto, com seu amigo e companheiro, também padre, Josimo Moraes Tavares, morto covardemente, à luz do dia, na terra do atual ocupante do cargo de Presidente da República Federativa do Brasil, Sr. José Ribamar Sarney, e membro da Academia Brasileira de Letras.

Os autores da ameaça são conhecidos e possuem endereço certo.

A população não merece e não aceita o tratamento a ele dispensado. Todos os ocupantes de cargos públicos devem manifestar suas posições no sentido de condenar veementemente impedir atos bárbaros e medievais.

Diante do exposto, REQUEIRO, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Ministro da Justiça, Dr. Paulo Brossard e ao deputado Ulisses Guimarães, Presidente da Constituinte, da Câmara dos Deputados e do PMDB, solicitando imediatas providências no sentido de evitar a execução da ameaça supra citada, bem como adotar medidas capazes de conter a violência que grassa pelo campo brasileiro, punindo na forma da lei os mandantes e executores dos crimes contra trabalhadores, suas lideranças ou defensores.

REQUEIRO, ainda, que cópia deste expediente seja enviada para: Dom Patrício Hanrahan, bispo de Conceição do Araguaia-PA, D. Jaime Antônio Schuk, bispo de Cristalândia-GO, D. Jaime Collins, bispo de Miracema-GO, D. Celso Pereira de Almeida, bispo de Porto Nacional-GO, D. Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia-MT e cidadão honorário do Paraná e para a CPT-SP.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente, ao Excelentíssimo Senhor Paulo Brossard, Ministro da Justiça, exigindo investigações e tomada de providências, com relação as constantes denúncias de contrabando de armas que estaria sendo feito pela UDR (União Democrática Ruralista), conforme denúncias da Imprensa, e que estaria armando os grandes proprietários de terras do País, inclusive com a denúncia da Revista "Oeste", de Cascavel, editada pela Fenix Rep. S/C Ltda., nº 21, em sua Pág. 7, que em artigo assinado por Renato Schaitza, cita possível envolvimento da UDR na compra de armas pesadas em MIAMI, Estados Unidos, e que seriam revendidas aos fazendeiros brasileiros e inúmeros outros casos já denunciados pela imprensa

brasileira.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) PEDRO TONELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

O crescente aumento da violência no meio rural, com o assassinato de trabalhadores rurais numa escalada assustadora, preocupa os setores democráticos da sociedade brasileira. As constantes denúncias de contrabando de armas que a UDR estaria promovendo, devem ser apuradas e as providências cabíveis tomadas, para se evitar que a prepotência dos latifundiários, já regados com farto aparato sócio-econômico, não transforme em monstros dominadores estes senhores que se julgam donos do mundo. A sociedade brasileira tem a obrigação de saber o que se passa ao seu redor e defender seus princípios democráticos.

#### REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça e ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Justiça da Bahia, solicitando o IMEDIATO JULGAMENTO de Marcos Lemos, Jari José Evangelista, José Wellinton Diógenes, Antônio Prestes de Paula, Telsion Crescêncio e Cícero Araújo, ex-membros do Partido dos Trabalhadores, presos por tentativa de assalto ao Banco do Brasil, em abril de 1986, em Salvador-Bahia. Senhor Presidente.

Os 6 jovens envolvidos na tentativa de assalto ao Banco do Brasil, em Salvador - BA, estão presos desde abril de 1986. Durante este tempo a justiça pouco fez para elucidar os fatos. Pelo contrário, está fazendo inúmeras tentativas para incriminar e relacionar os 6 jovens ex-petistas, com outros crimes acontecidos após sua prisão. Além de estarem sendo responsabilizados por crimes que jamais cometeram.

Os 6 jovens iniciaram há poucas semanas uma greve de fome para demonstrar:

- a existência de uma trama política-jurídica montada contra eles para incriminá-los de crimes que não cometeram;

- para saber do paradeiro de 2 companheiros seus desaparecidos desde o dia 21 de setembro, levados ao Estado do Alagoas para uma arrecadação;

- pedir que a justiça baiana proceda o seu trabalho com lisura e independência, dando-lhes um julgamento rápido e justo;

- protestar contra a arrecadação que está sendo feita com Telson Crescêncio e Cícero Araújo com funcionários do Bradesco e Banorte, apesar dos assaltos daqueles bancos terem acontecido após a sua prisão;

- protestar contra a sua condição de presos incommunicáveis, situação em que foram colocados desde o dia 21 de setembro;

- protestar contra a tentativa de incriminá-los em crimes que não cometeram,

para assim aumentar as suas penas e fazê-los passar, perante a opinião pública, como marginais;

- protestar contra processos fantasmas que vem sendo abertos contra eles, culpando-os de tudo, até de roubos de automóveis e de assaltos a residências;

- chamar atenção das autoridades pela tentativa que a direita está fazendo para assassiná-los;

O Partido dos Trabalhadores, diante desta situação, quer deixar claro as seguintes questões:

- Os 6 jovens que tentaram assaltar o Banco de Salvador, em abril de 1986, o fizeram em nome de um grupo clandestino e para obter fundos para esse grupo, por isso eles se julgam presos políticos;

- o Partido dos Trabalhadores, em abril de 1986, logo após a tentativa de assalto, eliminou de seu quadro de filiados, os 6 jovens, ora em pauta, por não concordar com esta prática;

- no entanto, o Partido dos Trabalhadores não concorda com a forma com que a JUSTIÇA está conduzindo as investigações e está fazendo o seu julgamento. Esta forma da conduta da JUSTIÇA fere os DIREITOS FUNDAMENTAIS do homem. Por isso, exige que a JUSTIÇA BAIANA aja com lisura, independência e rapidez na apuração dos fatos e no julgamento. Exige que a Justiça se atenha ao fato concreto e não busque criar situações inexistentes para incriminar os implicados.

Diante do exposto, REQUEIRO, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, Doutor Paulo Brossard e ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Justiça da Bahia, solicitando o IMEDIATO JULGAMENTO dos 6 jovens envolvidos na tentativa de assalto ao Banco do Brasil, em abril de 1986, Salvador-Bahia.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) PEDRO TONELLI.

#### REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer envio de expediente às autoridades relacionadas, solicitando empenho no sentido de evitar e coibir discriminação e perseguição ideológica aos trabalhadores na Cidade Industrial de Curitiba, através da Associação dos Empresários da CIC.

Senhor Presidente.

O Sistema Capitalista é pródigo em encontrar formas de exploração da força de trabalho operária, aliás esta é sua essência. Há na Sociedade Capitalista os que prosperam honestamente, os que exploram "moderadamente" e aqueles, em maior número, que se utilizam de todos os meios, inclusive os ilegais e ilícitos, para garan-

tir a qualquer preço os seus exorbitantes lucros.

O direito ao trabalho é constitucional e o direito à vida, a salário justo, à alimentação digna, moradia decente, à saúde, bem como o direito a defender os direitos garantidos legalmente, são sagrados.

Sobre toda a propriedade pesa uma hipoteca social. Assim o direito à posse e propriedade dos bens e dos meios de produção corresponde à obrigação de respeitar os DIREITOS daqueles cuja única propriedade é sua força de trabalho.

A acumulação de bens não advém do nada, ao contrário, é fruto da exploração das contradições econômicas da sociedade. Por isso ninguém é dono absoluto do que possui.

Por outro lado, e em decorrência destas constatações, é evidente que a ninguém é facultado decidir ou decretar a morte qualquer cidadão, mesmo que o "juiz" ou "algoz" seja o cidadão mais abastado da sociedade ou aquele que contribui com o progresso da nação. Os fins nunca justificam os meios, apesar da prática de nossas lideranças politiquês e das lideranças empresariais tupiniquins estar a demonstrar o contrário.

Recentemente, recebi em meu gabinete um ofício do sindicato dos Médicos do Estado Paraná, denunciando uma prática maligna, discriminatória e antiga: a elaboração, pelos empregadores, das famosas listas negras dos operários indesejáveis utilizando-se, para tanto, critérios meramente ideológicos. É o expediente utilizado pela burguesia nas épocas de crise econômica para desmobilizar e subjugar a classe trabalhadora aos interesses do patronato.

Quando empresários se reúnem e decidem não mais contratar os operários que já atingiram um nível de consciência suficiente e passaram a reivindicar melhores condições de trabalho e melhores salários, e mais quando decidem divulgar seus nomes, para que não consigam emprego no mercado, estão discriminando e decretando a morte para eles e suas famílias.

A denúncia é grave e de fácil comprovação, dado que o próprio Sindicato dos Médicos possui uma lista de nomes, vítimas deste expediente indecente.

Os responsáveis, segundo a denúncia, são empresários de nossa capital, filiados à "Associação dos Empresários da Cidade Industrial de Curitiba- CIC". Paradoxalmente, são os mesmos que receberam ou continuam recebendo incentivos fiscais, ou se beneficiaram com as benesses oferecidas pelo Poder Público.

Diante disso, este Poder Legislativo não pode se omitir na denúncia e na reprovação enérgica. O direito dos empresários

vai até onde começam os direitos de seus operários, que com o seu suor e sangue constroem o Brasil e o Paraná.

Ante o exposto, REQUEIRO, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Rubens Bueno, DD. Secretário do Trabalho e Ação Social, Excelentíssimo Senhor José Carlos Gomes Carvalho, DD. Secretário da Indústria e Comércio, Excelentíssimo Senhor Hélio Ozires dos Santos, DD. Delegado Regional do Trabalho, ao Presidente da Empresa Cidade Industrial de Curitiba, ao Excelentíssimo Senhor Doutor Roberto Requião de Mello e Silva, DD. Prefeito Municipal de Curitiba, ao Presidente da Federação das Indústrias do Paraná, ao Presidente da Associação Comercial do Paraná, ao Presidente do Tribunal Regional do Trabalho e aos Juizes do Trabalho de Curitiba, além do Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto Pinto, solicitando diligências no sentido de coibir tais abusos.

Requeiro, ainda, o envio de cópia deste expediente a todos os sindicatos e federações patronais e dos trabalhadores sediados em Curitiba.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) PEDRO TONELLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Almir Pazzianotto Pinto, Ministro do Trabalho, solicitando a instalação de um Posto Regional do Ministério do Trabalho no Município de Arapongas.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) IRONDI PUGLIESI.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente pedido tem por finalidade demonstrar a importância do Município de Arapongas, pelo fato de possuir o segundo Parque Moveleiro do Paraná, além da existência de importantes indústrias nas áreas de calçados e alimentação e, contar com 70 mil habitantes. É, por essas razões, necessária a implantação de um Posto Regional do Ministério do Trabalho, para o Município, visto as expectativas dos trabalhadores da região.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado ÁLVARO DIAS e ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor ANTÔNIO LOPES DE NORONHA, solicitando o repase da verba necessária para a conclusão da obra do prédio da Delegacia

de Polícia e Cadeia do Município de Marialva, obra esta que está paralisada há meses por falta de repasse de verba ao referido Município.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) LINDOLFO JUNIOR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores: Governador de Estado, ÁLVARO DIAS, e Secretário de Estado das Finanças, LUIZ CARLOS HAULY, no sentido de sugerir-se a não tributação do ICM sobre o leite pasteurizado.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) DAVID CHERIEGATE.

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme declaração do Secretário de Estado das Finanças, LUIZ CARLOS HAULY, o leite pasteurizado passará a custar mais caro a partir do dia 1º de novembro do corrente ano.

Cumpré que se acrescente que, atualmente, os produtores vêm reivindicando um aumento, aproximadamente, de 20% sobre os atuais CZ\$ 10,15/litro, para cobrir a defasagem que ocorreu no preço final da produção.

Somando-se a correção dos preços de produção, a anunciada tributação elevaria o preço final do produto, para o consumidor, a Cz\$ 23,00, aproximadamente.

Por se tratar de um produto de primeira necessidade alimentar e base da alimentação diária do brasileiro, é imperativo que se freie a pretensão tributária, que no caso, viria a contribuir para o menor consumo daqueles que, efetivamente, mais precisam consumi-lo.

Assim, sugerimos, o reestudo da decisão anunciada e que o produto continue isento dessa tributação, como o tem sido desde o cancelamento concedido pelo CONFAZ.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Destinatário: Excelentíssimo Senhor Desembargador MARIO LOPES DOS SANTOS.

Digníssimo Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado.

Assunto: Pede que a Comissão de Organização e Divisão Judiciárias do Egrégio Tribunal, inclua, na re-divisão das Comarcas do Estado.

a) Inclusão de mais duas Varas Especializadas de Delitos do Trânsito na Capital, elevando para quatro as Varas Es-

pecializadas;

b) Cria nas Comarcas de Entrância Final de Londrina, Maringá, Cascavel e Ponta-Grossa, uma Vara Especializada em cada uma delas.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

#### JUSTIFICATIVA:

Temos a honra de sugerir a imediata criação das Varas Especializadas em Delitos do Trânsito como especifica o nosso requerimento, porque a competência para propor a re-divisão das Varas é exclusiva do Egrégio Tribunal de Justiça, a quem fica restrita tal iniciativa.

Por isso optamos por esta forma de requerimento, para mostrar ao Paraná e aos eminentes pares desta nobre Assembléia Legislativa, a nossa imensa preocupação com os problemas vários que se avolumam no dia a dia, trazendo uma impunidade que reclama providência mais ousadas e adequadas à dura realidade que enfrentamos.

Nosso propósito é lutar com todas as armas possíveis contra esse monstro que é o crime de circulação de veículo, que mata mais que o câncer, que as doenças cardiovasculares, que lesiona e inutiliza um número enorme de pessoas, quando não as elimina totalmente.

2. Temos certeza que os nobres Magistrados do Estado estão sensibilizados, e em conversas sérias que temos mantido com Juizes, principalmente do interior do Estado, essa preocupação mais se avoluma.

Ficamos realmente impressionados ao saber que um crime de trânsito, que é normalmente considerado culposos, pode prescrever, em apenas 4 anos desde a data do acidente, isto porque, quando o processo é iniciado por denúncia do Ministério Público, essa peça processual não tem, como nos demais crimes, o poder de interromper a ação da prescrição, e assim o crime, se não for julgado rapidamente, se não for processado com grande velocidade, corre o risco de tornar a punição verdadeira letra morta da lei.

3. Somente à título de ilustração, vale informar que tramitam atualmente nas duas Varas Especializadas da Capital 2.990 processos, excluídos aqueles que se encontram em fase de execução; 2.708 inquéritos policiais em andamento, agora quase 4.000 outros inquéritos ainda em andamento nas Delegacias, para serem remetidos à Justiça.

4. Procuramos, ao dar nossa contribuição, colaborar com as autoridades constituídas. Em outro requerimento, procuramos interceder junto ao Secretário da Segurança Pública, que é um Promotor de Justiça, um destacado membro do Ministério Público, para que crie nessas mesmas Comarcas, Delegacias Especializadas de Acidentes de

Trânsito, para que a ação seja processada de modo mais rápido, possibilitando que o Poder Judiciário, também dê seguimento, com igual rapidez ao julgamento e ao final se possa ter uma repressão mais eficiente do até agora, lamentavelmente, temos tido.

5. Não é possível que continuemos a assistir a essa verdadeira legião de estropiados, de estatísticas alarmantes e crescentes de vítimas fatais do trânsito; de famílias inteiras relegadas ao abandono e à orfandade, tendo seus patrimônios arrazados pelos custos das conseqüências dos acidentes e, ainda, ficarem sem a devida reparação, e que a ação da Justiça, quando vem, venha tardiamente.

6. É conhecido de todos o adágio popular que diz justiça tardia é injustiça. Se não podemos fazer com que ela venha em termos ideais de rapidez e certeza, pelo menos queremos que ela se faça com mais velocidade que atualmente e é preciso que os Poderes Constituídos, immanados, atuem em conjunto para prevenir que o mal se constitua em tormento maior por ausência de ações que possam inviabilizá-las.

7. Pensamos que o Estado do Paraná, descentralizando e atuando mais enérgica e eficazmente, poderá dotar as Comarcas de Entrância Final do Estado, além da Capital, com um instrumento forte de ação, mostrando a resposta penal, em prazo curto, propiciando, maior segurança à população e até mesmo, dando maior credibilidade ao Estado, que por intermédio de procedimento harmonioso de suas estruturas administrativas, por tornar realidade o sonho de reparação mais eficiente contra os desmandos do trânsito.

8. Advertimos aos ilustres membros dos Poderes constituídos que não devemos esperar até que a tragédia desses crimes contra a vida e a integridade tenham que atingir nossas próprias famílias, para só então despertarmos para a gravidade crescente deste problema colossal.

Estamos dando a nossa contribuição e conclamando os responsáveis para que ajam no sentido de juntarmos os nossos esforços, para tentarmos diminuir tão graves números, tanta tragédia, tanta incompreensão, e chega a ser ridículo pensar-se em gastos quando se pretende enfrentar, com coragem, um problema que vem resistindo a iniciativas tímidas e pálidas e que não vem repercutindo entre a população.

9. Quem se detiver a analisar com grande cuidado nossa legislação de trânsito, verá facilmente que o Código Nacional de Trânsito e as leis Penais, notadamente o Código Penal, mostram grande preocupação com a segurança e a fluidez da circulação de veículos automotores, além de pedestres. Nesse sentido, nosso País, atende até a exigente Convenção Internacional de

Genebra de 1949, que estabeleceu padrões eficientes de comportamentos no trânsito e as atitudes que as autoridades deverão tomar para preveni-los e reprimi-los.

De nossa parte, sentimos que a prevenção é satisfatória, porém, que a repressão está muito aquém daquilo que seria razoável, tolerável, para o Estado do Paraná, o que nos faz reclamar desta Augusta Assembleia Legislativa, trazendo para debate tema tão significativo, esperando acolhida inicial dos Senhores Deputados Estaduais e depois a compreensão, o amparo, enfim, o carinho dos Senhores Desembargadores do Poder Judiciário de nosso Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Destinatário: Excelentíssimo Senhor Doutor  
ANTÔNIO LOPES DE NORONHA,  
Digníssimo Secretário da Segurança Pública.

Assunto: Cria nas Comarcas de Entrância Final de Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel a Delegacia Especializada de Delitos de Trânsito.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

#### JUSTIFICATIVA:

1. A criação da Delegacia Especializada de Delitos de Trânsito na Capital vem se constituindo num êxito que é preciso reconhecer e dele tirar algumas conclusões importantes.

Inicialmente é de se destacar, como fazem todos os estudiosos do tema, que os crimes na circulação de veículos vêm se constituindo em verdadeira praga em nosso meio social, sendo profundamente alarmantes as suas conseqüências danosas, o número incrível de vítimas e os gravíssimos problemas sociais que vêm acarretando na comunidade do nosso Estado. Setores especializados chegam ao ponto de tentar até criar uma disciplina jurídica que teria nome novo e muito pomposo, o "Direito Penal de Trânsito".

Há uma verdadeira procura de novos caminhos para cuidar de tema tão grave, trágico e de enorme significação social, fala-se por exemplo, em "Engenharia de Trânsito", "Segurança de Trânsito", mas na verdade é que o trânsito, em seus acidentes, apresenta um índice estatístico tão grande e tão significativo que se afirma sem medo de errar, que o trânsito mata mais que o câncer, que as doenças cardiovasculares, e se tivéssemos n°s confiáveis seria uma praga tão grave quanto a "AIDS".

Nas modernas universidades, há uma ansiedade para aprofundar os problemas que precisam ser analisados com profundidade científica, havendo até mesmo propostas de que o trânsito seja objeto de autonomia científica, legislativa e didática, uns

falam em "direito rodoviário", "direito ou ciência da circulação ou do trânsito", tudo a mostrar que nos tempos modernos a imperiosa necessidade que todos têm de se locomover, acarreta, para a vida social, e o que é pior, a imensa legião de estropiados está a reclamar das autoridades, que por favor, até mesmo por caridade saiam do seu silêncio, do seu mutismo, da posição cômoda de achar que o problema é grave, muito grave, e ficam no mesmo sentido de omissão.

A omissão chega a ser desalentadora.

Todos estão perplexos com a gravidade do problema, poucos entretanto, saem a campo para batalhar contra o mesmo, e as soluções assim se tornam extremamente difíceis.

2. De nossa parte, estamos dispostos ao que der e vier, e por isso reclamamos, já, de imediato, sem mais delongas, sem mais comodismos, chega de estudos que nunca apresentam um caráter conclusivo, necessitamos de tomar atitudes mais drásticas, mais duras, até que, pelo menos, o problema possa mercer melhor enquadramento.

3. Por enquanto, a repressão que se faz é lenta, morosa demais e é preciso uma ação governamental, mais eficiente, que imponha mudanças, já.

As implicações do trânsito e a prevenção de acidentes são preocupações marcantes do legislador moderno, que não pode se omitir, porque a população está aflita, desesperada, e os crimes do trânsito, a criação desordenada e inconsequente de vítimas, aumenta a cada dia, a cada hora.

A modernização e ampliação dos estabelecimentos de repressão, só pode contribuir, para equacionar o problema, dar-lhe um sentido de resposta da autoridade, e sobretudo, procurar, de qualquer forma, amenizar a gravidade do crime.

O número de acidentes que não chegam ao conhecimento das autoridades, por aquilo que se convencionou chamar de "cifra negra", é muito grande, desafia a inteligência e a capacidade de ação dos responsáveis. Por isso, queremos juntar nossos esforços para debelar tão grande mal.

O "direito à vida" e "direito à integridade corporal" e ainda a proteção material que são os veículos de trânsito, tem lugar garantido no Código Penal, como bens jurídicos importantes, mas é necessário que a garantia que a legislação representa, na vida prática, seja realmente respeitada pelos cidadãos, e reprimidas as violações pela ação rápida, enérgica e eficiente das autoridades.

4. As Delegacias de Polícias Especializadas que reclamamos, travam, na verdade, o primeiro e grande combate na eluci-

dação desses crimes. Principalmente porque são os que tomam o primeiro contacto com o crime, precisam tomar os cuidados e as providências necessárias para a remoção de vítimas, para não agravar ainda mais o acidente e para proceder aos levantamentos iniciais que permitirão, depois, o julgamento correto, com a punição dos culpados e a cobrança das indenizações devidas.

Uma Delegacia Especializada nesses assuntos, nas cidades que são sede de Entrância Final, viria suprir uma lacuna enorme que se encontra no aparelho repressor do Estado, tornaria mais eficiente e pelo aspecto da prevenção que inegavelmente encerra, colocaria, uma providência certa, adequada, moderna, ao alcance da comunidade, e só traria incalculáveis benefícios para todos, pois que buscamos a segurança em todos os sentidos, até mesmo na liberdade de se locomover sem o delírio mental que hoje o trânsito representa, principalmente nessas cidades mencionadas.

5 - A Secretaria de Segurança, que ordena as ações dos batalhões de Trânsito, dos Detrans e da própria Delegacia de Trânsito, teria um poderoso elemento de pacificação social, representaria um serviço de primeira linha no combate ao crime do automóvel, e daria, para o sofrido cidadão, um pouco mais de tranqüilidade no que diz respeito a um aspecto do próprio direito de liberdade, que é o de ir e vir sem ser importunado.

Diminuindo os riscos de danos à vida, à integridade física das pessoas, protegendo a sociedade, a Secretaria de Segurança Pública, reafirma, com ações concretas, seus propósitos, e daria ao Paraná um exemplo de combatividade, que só pode merecer o reconhecimento da população, de todas as classes, desde o pobre que toma ônibus para ir ao trabalho, como o mais abandonado que circularia, com mais desenvoltura, pois, o carro, em muitas profissões é indispensável.

6 - Que custo teria a implantação dessas Delegacias Especializadas?

Pouco, muito pouco, quase nada, em proporção ao enorme benefício que acarretaria.

Com o passar do tempo, com a própria atuação dessa Delegacia, ela mesma desenvolveria rotinas de serviço mais apropriadas às suas funções, descobriria novos métodos e técnicas de proceder, com mais eficiência, e atingiria um fim especial, que é o de propiciar repressão e, via de consequência, assegurar mais seriedade aos trabalhos de repressão.

Não temos dúvida de que em prazo curto, o Senhor Secretário, se dispuser de apenas boa vontade e uns poucos recursos econômicos, poderá atender essa solicitação que representa verdadeiro anseio do

povo do Paraná.

De nossa parte, sentimos que a prevenção é satisfatória, que a repressão está muito aquém daquilo que seria razoável, tolerável para o Estado do Paraná, o que nos faz reclamar, desta augusta Assembléia Legislativa, trazendo para debate tema tão significativo, esperando acolhida final dos Senhores Deputados Estaduais, a compreensão o amparo, enfim o carinho dos membros do Poder Judiciário, do Eminentíssimo Governador do Estado e do Senhor Secretário da Segurança Pública.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Odeni Villaca Mongruel, mui digníssimo Secretário Especial da Política Habitacional, solicitando viabilizar que, dentro do Projeto de Mutirão Habitacional destinado a Umuarama, seja verificado o atendimento a todos os Distritos, bem como os dois Patrimônios de Umuarama-Cedro e Lovat, para que a população carente destes lugarejos seja beneficiada.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER, envio de votos de congratulações ao "JORNAL INDÚSTRIA & COMÉRCIO", na pessoa do seu Diretor, Senhor Odone Fortes Martins, (Travessa Itararé, 52, nesta Capital), pela passagem do 11º Aniversário de Fundação deste Jornal, a ser comemorado no dia de hoje.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Sr. Dr. César Benevides, DD. Diretor Superintendente da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para o Clube de Mães "Dona Elisa", do Jardim Alvorada, na cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

O Clube de Mães "Dona Elisa" desenvolve excelente trabalho no atendimento à população carente do Jardim Alvorada de Campo Mourão, e atualmente necessita de apoio

financeiro para continuar prestando atendimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Sr. Dr. Wilson de Andrade Ribeiro, DD. Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para a Creche Santa Luzia do Distrito de Guarani, Município de Mamborê.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

A Creche Santa Luzia, do Distrito de Guarani, no Município de Mamborê, presta relevantes serviços no atendimento de crianças carentes daquela cidade e região. Entretanto, por motivos de defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro para regularizar seus trabalhos e continuar prestando atendimentos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Previdência Social, Sr. Raphael de Almeida Magalhães, a seguinte solicitação:

- Estudo no sentido de viabilizar uma licitação com o objetivo de adquirir, por parte do Governo Federal, um dos hospitais de Umuarama.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) NILTON BARBOSA

#### JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação justifica-se tendo em vista que a saúde é uma das prioridades do Governo atual e, considerando a importância fundamental do serviço médico na cidade de Umuarama, por tratar-se de cidade-pólo, onde, pelas características da economia alicerçada na agricultura, e atendendo um contingente significativo de pessoas de baixo poder aquisitivo, é que se objetiva a aquisição de um dos nosocômios, a fim de se poder resgatar a prestação qualitativa do serviço médico naquela região.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênua à douta Mesa, após ouvir o Egrégio Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Gover-



nador Álvaro Dias, solicitando uma ligação asfáltica na PR-460, passando por Nova Tebas, Poema, Mil Alqueires, Godoy Moreira até São João do Ivaí.

Uma vez aprovado, requeiro que se dê ciência ao Excelentíssimo Sr. Vereador Donato Esser, bem como ao Excelentíssimo Vereador Sr. Marcondes Rodrigues Furtado, em Pitanga, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

#### JUSTIFICATIVA:

Através do presente expediente, queremos solicitar a implantação desta ligação asfáltica, que julgamos de extrema necessidade para aquela região, considerada um brilhante escoadouro da produção rural, reduzindo a distância entre as regiões Sul e Norte de nosso Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com base no que dispõe a Constituição Estadual e após ouvido o Plenário, pedido de informações ao Sr. Governador do Estado, sobre os critérios adotados pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, para majorar a tarifa de água e esgoto e qual o embasamento legal para esse procedimento.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS.

#### JUSTIFICATIVA:

A população paranaense está estarrecida com o absurdo aumento nas tarifas de água e esgoto. As contas referentes ao mês de setembro apresentam um aumento de quase 120% em relação a maio. Um aumento em cinco meses muito superior a quaisquer outros serviços e bens, e principalmente muito acima dos reajustes salariais. Em relação a janeiro, as contas de água e esgoto apresentam elevação de 600%.

A SANEPAR, ademais, está procedendo a cobrança ilegal da tarifa de esgoto. Quando da concessão dada pelo Município de Curitiba à empresa de saneamento, ficou acordado que a tarifa de esgoto corresponderia a 50% do valor da água. Posteriormente, sem fundamento legal, passou-se a cobrar o equivalente a 90% e agora, nos últimos meses, os lançamentos correspondentes a esgotos sanitários têm sido efetuados na base de 100% sobre o consumo de água.

A população não suporta carga tão pesada num produto que é essencial à saúde e a todas as atividades humanas, impondo-se uma revisão nessa decisão da SANEPAR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso

de suas atribuições legais e na forma do Regimento Interno, REQUER à Mesa da Assembleia, o encaminhamento de apelo ao Sr. Governador do Estado, reiterando pedido já feito, para que determine os estudos e as providências necessárias à extinção das Delegacias de Falsificação e Defraudação, e de Costumes, da Capital.

O presente pedido se justifica:

1. Considerando-se que estas Delegacias possuem estrutura, física e humana sendo desperdiçadas, já que o número de ocorrências atendidas pelas mesmas é praticamente zero, enquanto outras se ressentem da falta de estrutura para atender suas necessidades;

2. Seguindo a linha de pensamento do Sr. Governador, que vem solicitar a extinção de vários órgãos federais, inclusive Ministérios. Conforme divulga a imprensa, a proposta do governador se justifica pela necessidade do enxugamento da máquina administrativa do governo, eliminação de siglas sem razão e o fim de cabides de emprego.

3. O Deputado requerente, já no mês de junho encaminhou proposição solicitando a extinção de algumas delegacias de polícia, da Capital e das cidades de maior porte do Estado, pelas razões já expostas e pela necessidade de se acabar com estruturas ociosas.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER à Mesa da Assembleia o encaminhamento de proposição ao Sr. Secretário dos Transportes, no seguinte teor:

O Deputado requerente apela ao Sr. Secretário para que tome as providências necessárias à conclusão do edifício destinado ao terminal rodoviário, do Município de Quitandinha e ainda solicita as seguintes informações:

1. Na gestão de que Governador e Secretário dos Transportes, foi aprovado o projeto de construção do edifício destinado a servir de terminal rodoviário do Município de Quitandinha?

2. Em que data foi aprovado o projeto e quando foi iniciada a obra?

3. Houve licitação para construção da mesma? Se houve, qual a firma ganhadora desta?

4. Quais os motivos que levaram a paralisação das obras?

5. Existe, atualmente, projeto de recuperação da obra? Qual?

6. Qual o montante já aplicado na obra?

7. A conclusão da obra está prevista dentro do orçamento dessa Secretaria? Se está, de que forma, e em que valor?

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno, em seu artigo 134, § 1.º, Inciso I, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a transcrição da Nota Oficial da Itaipu Binacional, esclarecendo à opinião pública sobre os verdadeiros honorários do Diretor-Geral Brasileiro, Ministro Ney Braga, veiculada nos principais jornais do Estado, conforme modelo do exemplar em anexo.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) JOÃO ARRUDA.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 277/87

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica denominado HERMÍNIO ANTONIO PENNACCHI, a rodovia estadual PR-444.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) IRONDI PUGLIESI.

#### JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei tem por finalidade a denominação da PR-444, como Hermínio Antonio Pennacchi, nome esse pertencente a um próspero empresário da cidade de Arapongas, tendo nascido em 15 de março de 1915, na cidade de Ouro Fino - MG, e falecido em 01 de maio de 1987, em Arapongas.

É de se destacar que o referido cidadão, no exercício de 1983, foi objeto de homenagem de toda a comunidade araponguense, que, através da Câmara Municipal daquela cidade, em homenagem aos relevantes serviços prestados àquele município, conferiu-lhe o título de Cidadão Honorário. O Sr. Hermínio Antonio Pennacchi contribuiu consideravelmente não só ao engrandecimento do Município de Arapongas mas, evidentemente da Nação, com a utilização da prestação de serviços permanentes de mais de duas mil pessoas nas Empresas Pennacchi.

Toda esta grandiosidade em nada alterou o caráter íntegro desse homem.

Diante de toda a força demonstrada por esse nosso companheiro, solicito mais esta homenagem.

PROJETO DE LEI N. 278/87

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica o Estado do Paraná declarado como ZONA DESNUCLEARIZADA.

Art. 2.º - São proibidas a instalação de usinas nucleares, bem como a instalação de armamentos nucleares, ou de seu transporte, dentro dos limites do Estado do Paraná.

§ 1.º - Fica excluída da proibição que trata esta lei a energia atômica usada para fins pacíficos.

§ 2.º - Não será permitida a instalação de usinas nucleares para produção de energia elétrica no território paranaense.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) IRONDI PUGLIESI.

#### JUSTIFICATIVA:

No Brasil a luta pela paz ainda sensibiliza poucos. Ela acontece nos países que já propiciam condições básicas de sobrevivência a toda população. O nosso País, que ainda não atingiu tais patamares de desenvolvimento, necessita mesmo assim entender o caráter da nossa existência como cidadãos do mundo. A vida no planeta deve ser preservada e o preço é implementar o desarmamento e disciplinar com rigor a energia atômica usada para fins pacíficos.

O Brasil, até a presente data, figura entre os países que não despertaram para a importância da paz e do desarmamento como condição para a preservação da vida, haja vista que ainda não assinou o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, firmado em 1968, com mais de 130 países signatários, que se constitui num acordo internacional visando a limitação da corrida armamentista, especificamente no campo da energia nuclear para usos pacíficos.

A Conferência das Nações Unidas sobre a relação entre Desarmamento e Desenvolvimento, realizada em Nova Iorque, de 24 a 11 de setembro do corrente ano, examina que se acrescentar 200 milhões de dólares (despesa com a produção de um bombardeio estratégico último tipo) ao orçamento da UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura) daria para eliminar o analfabetismo no mundo inteiro em menos de 10 anos. E ainda mais, destinando-se mais 500 milhões de dólares (apenas 3% do que custa um moderno porta-aviões a propulsão atômica) à Organização Mundial de Saúde, seria possível acabar com doenças como paludismo, tracoma e lepra, que atacam os povos, principalmente os de países subdesenvolvidos.

Devemos considerar, porém, que o perigo não é a energia nuclear, e sim a produ-

ção de bombas e armamentos nucleares, que colocam a possibilidade de destruir toda a vida na Terra. Atualmente, existem cerca de 50 mil ogivas que pesam sobre 5 milhões de seres humanos, totalidade dos habitantes da Terra.

Hiroxima e Nagasaki deixaram marcas profundas que não devem ser apagadas de nossa memória. A destruição em massa só interessa aos governos que tentam impor suas idéias pela força, pela ameaça, e que têm uma visão imperialista do mundo, como se pesasse somente as conquistas territoriais. Hiroxima nos convida permanentemente à paz.

Sendo assim, somos contrários à proposta de produção da bomba nuclear brasileira. Nosso País não deve desperdiçar tamanhos recursos em armamentos (basta o fato de ocuparmos o sexto lugar no "ranking" mundial de país exportador de armas). Antes, sim, tais recursos deveriam ser utilizados para dar saúde, habitação e educação a todos os brasileiros.

É importante ressaltar que os projetos brasileiros de construção de usinas para fins pacíficos (ou não), até agora em nada têm contribuído com nosso desenvolvimento, muito pelo contrário. A construção de Angra do Reis contribui apenas para o acúmulo de nossa dívida externa, ou seja, 15% do total da dívida está "encalhada" com energia nuclear. O que foi gasto em Angra I e II, daria para fornecer alimentos e habitação para cerca de 70 milhões de brasileiros que trabalham percebendo salário mínimo. Daria para amenizar nosso principal cancro: a mortalidade infantil.

Parece-nos utopia pensar em energia nuclear quando no Brasil a cada hora morrem 45,6 crianças na faixa de 0 a 12 anos ou seja, perdemos por ano 400 mil crianças. Comparando com o total de nascimento registrado por ano, e considerando que morrem 100 mil crianças na faixa de 0 a 1 ano, o Brasil iguala-se a El Salvador, na América Central e à Birmânia, no Sudoeste da Ásia. A Sociedade Brasileira de Pediatria avalia ainda que a principal "causa mortis" é a desnutrição.

A importância das usinas nucleares na produção de energia elétrica, deve ser avaliada considerando que o Paraná, especificamente, possui 24 hidrelétricas pertencentes à ELETROSUL, FLCV, e COPEL, além de 11 usinas hidrelétricas auto-produtoras. Assim sendo, o Paraná contribui significativamente para a produção de energia elétrica não só para consumo interno, mas para demais Estados da Federação. Somados a isso, imensas extensões de terras férteis já foram inundadas pela construção das referidas hidrelétricas, já que se por um lado contribuem para o desenvolvimento do País, por outro criam problemas sociais

graves, que até agora não foram solucionados.

Há que se considerar, ainda, que a instalação de usinas nucleares, mesmo para fins pacíficos coloca em risco o equilíbrio ecológico do nosso Estado. O Paraná não chega a ter 5% de reservas florestais, quando a lei consagra a necessidade de se garantir 20% de área vegetal "in natura". Qualquer vazamento ou acidente em usinas nucleares traz conseqüências irreversíveis para o meio ambiente.

A construção de usinas nucleares, a utilização da energia nuclear, o transporte de armas nucleares pelo nosso Estado, colocam em risco nossa principal fonte econômica geradora de recursos, que é a agricultura. Entre 84/85, o Paraná atingiu o recorde de produção agrícola, 27,9 milhões de toneladas de grãos. O Paraná é considerado atualmente o principal Estado produtor de alimentos, tendo contribuído, em média, nos últimos anos, com cerca de um quarto da produção nacional de grãos, e aproximadamente com 8% do total dos 21 principais produtos produzidos no País. Nossa contribuição é enorme, e a utilização e transporte de energia nuclear, não sendo para fins pacíficos, não se justifica em nenhum lugar do mundo, muito menos em terras paranaenses, onde a principal vocação é a produção de alimentos.

Além da proibição da utilização de energia nuclear, exceto para fins pacíficos, é necessário que urgentemente o CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear, fiscalize com seriedade os laboratórios que fazem pesquisas com substâncias radioativas e mesmo os hospitais que se utilizam da radioatividade na medicina nuclear, especificamente para tratamento de câncer.

Recentemente tivemos vazamento de radiação proveniente de um aparelho de radiologia abandonado em uma sucata do centro de Goiânia, onde funcionava a Clínica Bueno de Radioterapia. As radiações contaminaram 16 pessoas, e a seriedade das lesões, quando tornadas públicas, tem levado a sociedade brasileira a questionar sobre o uso e a fiscalização desses aparelhos. Iguais ao encontrado em Goiânia, há 127 em todo o País. A imprensa tem denunciado que o CNEN, órgão responsável, não mantém fiscalização das condições adequadas de uso e do destino apropriado dos dejetos. Exigimos assim, que o CNEN fiscalize também com rigorosidade os laboratórios que fazem pesquisas com iodo, cobalto, césio ou com qualquer outra substância radioativa.

Na edição do dia 16 de agosto de 1987, do jornal "Folha de São Paulo", foi publicada uma reportagem informando que o Ministério da Marinha, através da Coordenadoria para Projetos Especiais estava rea-

lizando um levantamento radiológico no Município de Iperó, interior de São Paulo, incluindo análise de vegetais, leite e vísceras de animais para comparar com os níveis levantados de radiação, após a entrada em operação do Centro Experimental de Aramar. O respectivo centro, em construção destina-se a produção de sistemas nucleares para propulsão de navios, mais especificamente realizando pesquisas objetivando a construção do submarino nuclear. A Marinha argumenta que essas são medidas que visam a preservação do meio ambiente na área do Centro. O que surpreende nesta notícia é a preocupação com o meio ambiente, que sensibiliza poucos em nosso País, e as informações que esporadicamente surgem nos órgãos de comunicação sobre a utilização da energia atômica nos mais variados campos, e nos mais variados lugares, sem que a população seja consultada ou informada anteriormente sobre essas atividades. Urgentemente se faz a definição de sua política nuclear clara e adaptada à nossa realidade de país subdesenvolvido.

Este Projeto de Lei, transformado em lei, é a garantia mínima de que o futuro no Paraná será realidade.

PROJETO DE LEI N. 279/87  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação do Pessoal de Universidade Estadual de Londrina - APUEL.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI

PROJETO DE LEI N. 280/87  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Alcício Dias dos Reis, com sede e foro na cidade de Santo Antônio da Platina - Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Alcício Dias dos Reis foi instituída na cidade de Santo Antônio da Platina com o intuito de preencher uma lacuna na área cultural, principalmente relacionada com atividades médicas e paramédicas.

A fundação recebeu o nome de Alcício dos Dias Reis para homenagear o médico e

ex-prefeito de Santo Antônio da Platina, que durante muitos anos, com sua dedicação e trabalho, assistiu àquela comunidade.

Essa entidade sem fins lucrativos tem por objetivo, entre outras atividades assistenciais e científicas, a de cooperar também amplamente com outras entidades que atuam no setor de suas atividades com intenção única de beneficiar a comunidade.

Anexamos ao presente plano de Lei a documentação necessária para sua tramitação, atendendo o que preceitua a Lei n. 6.994 de 10 de janeiro de 1978, esclarecendo que no relatório das atividades está enumerada as promoções que a Fundação realizou e que nos estatutos da Entidade, fica estabelecida a obrigação de gratuidade no exercício dos cargos da Diretoria.

Assim sendo, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis, solicitando a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N. 281/87  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Proteção a Maternidade e Infância "Criança Feliz", com sede e foro na Cidade de Palmital, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Pretendemos com este Projeto de Lei, em reconhecimento junto pelos serviços relevantes, que foram prestados à Comunidade de Palmital, declarar de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Proteção a Maternidade e Infância "Criança Feliz".

Para que se efetive, a formalização, juntamos ao presente a documentação exigida para tal fim, através da Lei n. 6994/78, como Estatutos Sociais, Certidão Negativa do Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas, a Demonstração de ausência de Recursos próprios, Certidão Negativa do Registro da Ata de Posse da atual Diretoria, Plano de Aplicação do benefício e Certidão Negativa do Egrégio Tribunal de Contas do Paraná. É a justificativa.

PROJETO DE LEI N. 282/87  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o "Lar São Vicente de Paulo", com sede e foro no Município de Grandes Rios.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

Apoiamento: Algaci Túlio, Alexandre Ceranto, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Antônio Belinati e Pedro Tonelli.

#### JUSTIFICATIVA:

O LAR SÃO VICENTE DE PAULO, instalado no município de Grandes Rios, é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, que desde a época de sua fundação, no ano de 1978, vem prestando relevantes serviços no que tange a área assistencial.

Sua abrangência de atendimentos, estende-se à pessoas idosas, inválidas e necessitadas.

Desenvolvem-se trabalhos de encaminhamento e orientação para aposentadoria, distribuição de alimentos e medicamentos, lazer aos idosos, orientação profissional e várias outras assistências na área cultural e social.

Tendo em vista os benefícios desempenhados pela entidade acima citada, torna-se necessário declará-la de Utilidade Pública, pois tem como objetivo dar aos idosos e carentes amparo e tranqüilidade, oferecendo-lhes um futuro mais digno.

Certo que de o pedido receberá total apoio por parte dos nossos ilustres Pares da Casa, submetemos o presente Projeto de Lei a apreciação dos mesmos, solicitando a sua aprovação, pois a questão aqui tratada tem profundo caráter social e merece a atenção por parte da nossa sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Lida e aprovada a Ata, não há Expediente a ser lido. Passamos ao Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado José Rogério Carvalho. DECLINA.

Havendo declinado, consulto o segundo orador inscrito, Senhor deputado Sabino Campos. DECLINA.

Havendo declinado, consulto o Deputado Erondy Silvério se fará uso da palavra.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Era minha intenção comentar, embora ligeiramente, a entrevista concedida pelo Governador do Estado ao Jornal "O Estado de São Paulo". Entretanto, Senhor Presidente, ao chegar à Casa, tomei conhecimento que candidatos à função de taquígrafas nesta Casa, fariam a sua prova escrita baseada no pronunciamento deste Deputado.

Tenho um profundo respeito pelas pessoas que batalham pela vida, pelas pessoas que querem ingressar no mercado de traba-

lho. Então, resolvi, postergar a minha apreciação sobre a entrevista do Governador Álvaro Dias ao Jornal "O Estado de São Paulo" para o horário da Liderança do meu Partido.

Mesmo porque, há poucos dias transcorreu o "Dia Nacional do Taquígrafo", e ocupou a tribuna desta Casa o nobre Deputado Algaci Túlio, que fez a saudação parlamentar aos taquígrafos do País, especialmente os desta Casa.

E hoje, quero acrescentar alguma coisa às palavras do Deputado Algaci Túlio, ressaltando a importância destes operários da palavra e dos "risquinhos" que são colaboradores inestimáveis do Poder Legislativo, operários silentes, que acompanham o dia a dia dos debates nesta Casa, sem deles participar: acompanham os debates estritamente em caráter profissional. E são os colaboradores silentes por que? Porque eles jamais comentam, no seu dia a dia, na sua vida social, na sua vida doméstica, o que se passa nestas quatro paredes. Aqui eles acompanharam os mais acirrados debates, não apenas em torno dos assuntos públicos, daquilo que interessa à coletividade do Paraná, mas assistiram espetáculos não recomendáveis a um Parlamento; assistiram debates estêreis; assistiram festival de demagogias e também debates sérios: taquígrafaram...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa aos Senhores Deputados que nós estamos fazendo um concurso de Taquígrafia e as possíveis taquígrafas, necessitam de paz.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - ...taquígrafaram, Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, a alma e o espírito do Paraná. Nestes debates que efetivamente prenderam a atenção do povo, muitos assuntos sérios foram aqui debatidos; muitas soluções boas para a população foram aqui aprovadas; muitas leis, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, que disseram muito de perto ao interesse de nossa gente, foram aqui debatidas exaustivamente, apreciadas e por esta Casa aprovadas, sendo depois convertidas em leis.

Dos debates muitas dúvidas surgiram e várias interpretações foram feitas à Mesa Diretora dos Trabalhos da Casa.

Senhor Presidente, eu queria fazer coro ao apelo que Vossa Excelência faz aos nobres Senhores Deputados, para que não dessem atenção a este orador, mas aos taquígrafos que estão aqui numa prova difícil e tão importante para a vida de cada um.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa pede aos Senhores Deputados e a todas

as pessoas presentes, que se mantenham em silêncio, porque realmente o concurso é muito sério, e é um serviço muito importante da Assembléia, e que deve ser considerado. Solicita aos Senhores Deputados que se mantenham tranqüilos, bem como às pessoas que estão aqui.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Agradeço Senhor Presidente, a atenção da Mesa e quero dizer que na dúvida dos debates aqui travados a Mesa sempre buscava socorro nas notas taquigráficas da Casa. Aí a importância do serviço da taquigrafia, aí o relevo que se deve dar a essas jovens que estão aqui procurando ingressar nesta Casa, no Serviço de Taquigrafia e auxiliar o nosso trabalho. Porque o nosso trabalho só é importante na medida em que nós fazemos a sua divulgação através da imprensa.

E a imprensa busca sempre o quê? O auxílio das notas taquigráficas. Não raras vezes, esses briosos profissionais da imprensa, que fazem a cobertura do trabalho legislativo, que sem a mesma esta seria uma rua de mão única, nesta Casa. É graças ao trabalho da imprensa é que nos levamos à população do Paraná, a importância do nosso trabalho e não raras vezes os profissionais da imprensa chegam aos Senhores Deputados e solicitam permissão para irem à Chefia do Serviço de Taquigrafia, solicitar as notas taquigráficas dos pronunciamentos feitos na tribuna pelos Senhores Deputados.

Daí a importância desse trabalho; daí a importância que eu dou a estas jovens que estão aí sentadas, procurando captar, não a nossa palavra, mas até o nosso pensamento. Porque às vezes o trabalho da taquigrafia é um trabalho de interpretação, pois nem todos os oradores são claros, e entre esses eu me incluo. Infelizmente, nem todos os oradores expressam aquilo que lhes vai na alma e no coração, no instante do uso da palavra.

Mas o Serviço de Taquigrafia, através da experiência adquirida ao longo dos anos de trabalho, nesta Casa, é que capta o espírito, é que capta o que o orador quis dizer no seu pronunciamento.

Daí, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, a importância do Serviço de Taquigrafia na Casa e os votos que eu faço para que todas essas jovens sejam aprovadas. Possivelmente não haja vaga para todas, mas fica aqui meu empenho, faço votos para que elas sejam aprovadas, não levando para casa a frustração, para que entendam que um concurso público, às vezes, depende do estado emocional e não da capacidade de cada pessoa.

Mas eu faço votos para que todas saiam-se muito bem em suas provas. Eram essas as palavras, Sr. Presidente, que eu

queria pronunciar na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós queremos, mais uma vez, tocar num assunto sério nesta Casa, que se refere à construção ou reconstrução do velho caminho que é a Estrada do Cerne.

Já fizemos aqui, há um mês e pouco atrás, um pronunciamento pedindo a sensibilidade de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, do Departamento de Estradas de Rodagem e do Ministério dos Transportes, no sentido de que estudos sejam feitos para que o velho caminho, a Estrada do Cerne, percorrida por figuras extraordinárias deste Paraná e deste Brasil, hoje fechada, volte a ser reaberta.

E digo isto porque tenho sido constantemente abordado por pessoas, principalmente da região de Campo Magro, Bateias, Contenda, Ouro Fino, Castro, que nos fazem tais solicitações no sentido de que façamos também esta transferência aos demais Parlamentares de todas as Bancadas nesta Casa para que uma campanha seja encetada a fim de viabilizar a reabertura do velho caminho.

Nós queremos neste momento, também cumprimentar principalmente a população de Castro, uma das mais atingidas com o fechamento dessa estrada, com o abandono da Estrada do Cerne, o caminho que encurtaria bastante a chegada de Castro a Curitiba, de Curitiba a Castro, a Piraí do Sul e outras regiões, para utilizarem, evidentemente, a Estrada do Cerne.

Ainda ontem, numa das minhas correrias de final de semana, era eu abordado por uma senhora humilde, lavradora, que mora às margens da Rodovia do Cerne, pedindo-me encarecidamente que eu colocasse minha assinatura no abaixo-assinado que está se fazendo no sentido de ser encaminhado a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, para a reabertura do velho caminho. São necessárias 7 mil assinaturas, que estão sendo colhidas e que serão encaminhadas a Sua Excelência.

Por isto, quero também somar-me a esta luta e pedir a compreensão e colaboração dos demais Parlamentares desta Casa, para que possamos sensibilizar as autoridades, em especial o Governo do Estado, no sentido de que seja reaberto o velho caminho, a Estrada do Cerne de muitas estórias, caminho pioneiro para o Norte do Estado, o Norte Novo, o Norte Velho, cujas distâncias precisam ser encurtadas. A Estrada do Cerne necessita ser reaberta!

Era isto, Sr. Presidente, Srs. Deputa-

dos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Domingos ScarPELLINI, seguinte orador inscrito.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As notícias deixaram a população perplexa!

Goiânia nos dá dois tristes exemplos - a radioatividade provocada por uma cápsula deixada em um lixo em contato com a população, fez vítimas. Mais de 50 pessoas foram contaminadas o que colocou toda a cidade de Goiânia e a população brasileira em verdadeiro alvoroço, em estado de alerta contra a irresponsabilidade praticada por responsáveis do setor que, ainda não têm procurado uma solução para os problemas que, de quando em quando, afloram e tomam conta da população brasileira.

Como se não bastasse esse exemplo negro que nos dá Goiânia, causando danos em mais de 50 pessoas, temos um mal maior, que também vem de Goiânia - que não é a radioatividade e nem queimadura, mas sim o mal que vem na palavra da elite rural brasileira, que é pior do que a radioatividade, é o mal provocado pela UDR comandada por Ronaldo Caiado; esse fruto da concentração da riqueza, representante da oligarquia rural que, não satisfeito por estar se privilegiando, de geração em geração, das riquezas deste País, quer comprometer ainda as gerações do futuro, de milhões e milhões de brasileiros.

Pelos cálculos, 30 milhões de brasileiros estão cercados do lado de fora dos grandes pastos que a UDR traçou neste País. O exemplo que a Universidade Federal do Paraná, através da área de ciências agrárias nos dá, demonstra a elitização do ensino também neste País, porque poucos têm acesso à Universidade Federal. Sabemos que para lá chegar e obter o ensino gratuito é preciso acima de tudo, passar pelos cursinhos que custam uma soma milionária, e também sabemos da facilidade com que muitos tiveram acesso à compra de vagas a esses cursos. Portanto, Goiânia nos dá um triste exemplo, o da radioatividade, mas pior que este, é o exemplo de se deixar marginalizado o desenvolvimento e o progresso deste País. São trinta milhões de brasileiros, que são os homens que a UDR odeia e que a UDR não os quer ativos, participando das riquezas deste País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se a radioatividade praticou um dano direto à saúde de algumas pessoas, as balas, os chicotes, os arames farpados e as mãos certeiras dos pistoleiros da UDR no "Bico do Papagaio", e nos demais "bicos de papagaio" deste País, espalhados pelos Estados

desta Federação, cometem um verdadeiro genocídio, maior do que o da bomba de Hiroxima e de Nagasaki.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa concede mais um minuto para sua conclusão.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Portanto, o triste exemplo que a UDR vem dando no ataque ao Padre Resende da Pastoral da Terra, também o que foi feito com o Padre Jósimo e outros tantos ligados às Pastorais da Terra e aos reformistas que querem um Brasil para os brasileiros e para todos, nos deixam a meditar: será este o Brasil, será este o País que estamos reservando para as gerações do futuro? E quem realmente defende os grandes latifundiários? Devem se pronunciar defendendo a UDR, o Sr. Caiado, para que o povo realmente saiba quem são, cercando do lado de fora dos Parlamentos estes que estão colocando do lado de fora, com cercas em torno das grandes áreas de terra a grande maioria do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Pequeno Expediente, passamos para o Grande Expediente.

Registramos, neste plenário, a presença do Jornalista Walter Sucupira, Diretor-Presidente do Jornal "Tribuna do Povo" de Umuarama.

Com a palavra o Sr. Deputado David Cheriegate. (Ausente).

Estando ausente, está com a palavra o Sr. Deputado Caíto Quintana. (Declina).

Havendo declinado, está com a palavra o Sr. Deputado José Felinto. (Declina).

Havendo declinado, está com a palavra o Sr. Deputado Rafael Greca. (Ausente).

Estando ausente, está encerrado o Grande Expediente, e passamos ao Horário das Lideranças.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) - Eu devo estar inscrito para o Grande Expediente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência vai falar no Horário das Lideranças?

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Grande Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Zanusso no Grande Expediente.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Consulta a Presidência e indago se por



acaso estou inscrito no Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Na folha que está em meu poder, Vossa Excelência não se encontra inscrito.

O SR. PEDRO TONELLI - Então, solicito que verifique no livro porque eu o assinei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procede. Vossa Excelência quer usar da palavra?

O SR. PEDRO TONELLI - Não. Eu só indago se estou inscrito. Agora solicito que chame pela ordem de inscrição para, quando chegar a minha vez, eu usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu já informei que procede a questão de ordem de Vossa Excelência. Realmente Vossa Excelência está inscrito no livro.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Srs. e Sras. nobres colegas Parlamentares. Com muita satisfação estamos aqui neste primeiro dia da semana. É lógico, pela insatisfação da Presidência que na semana passada se satisfez com a nossa impossibilidade de participar oficialmente das sessões, nós aqui estamos para trazer e propor à Ordem do Dia das discussões o que nós julgamos importante e de importância política para o povo do Estado do Paraná.

E como não poderia deixar de ser, uma das grandes preocupações, creio eu, de todos os paranaenses neste dia, é o fato anteriormente já mencionado pelo Deputado Domingos Scarpellini, com a presença da representação da entidade mais retrógrada, mais assassina que nós tivemos e que nós continuamos tendo presente na sociedade brasileira: a União Democrática Ruralista.

Se formos ver a História do Brasil, certamente perceberemos que ela é recheada de violência aliada à ocupação da terra. Foi assim, desde o começo da colonização: o Estado que sempre privilegiou os latifundiários, tornando-os sempre absolutos no campo.

Se isso não foi feito sem a violência, quase sempre compactuada pelos organismos de Estado, mas ela sempre esteve presente. Os trabalhadores rurais que ousaram mobilizar-se, não raras vezes foram mortos, ou então tiveram que fugir das suas terras pela ação violenta dos latifundiários.

A Reforma Agrária, que é tão necessária para a democratização da sociedade brasileira, sempre foi usada como bandeira demagógica por partidos que, se não eram propriedades dos latifundiários, no mínimo lhe batiam continência.

Foi assim antes de 1964. Foi assim com o Estatuto da Terra depois de 1964, e não

está sendo diferente hoje com o PMDB, PFL no poder.

A falta de uma proposta concreta de reforma agrária para o benefício dos trabalhadores, devido aos compromissos com os latifundiários, fez, mais uma vez, com que a mesma fosse protelada. O surgimento da União Democrática Ruralista foi consequência deste vazio de poder, aliás, de um poder acostumado a esvaziar-se para favorecer os grandes que tenham habilidade de ocupar seus espaços.

Liderada pelo fazendeiro Ronaldo Caiado, o mocinho que pousa de "cowboy", a UDR cresceu e se firmou. Com um discurso fascista no início, mudou e passou a defender os pequenos e os médios proprietários, dizendo-se representativa destes setores para conquistar a boa aparência e o populismo artificializado. Com métodos conhecidos e condenáveis, os senhores absolutos do campo, absolutos - inclusive é bom que se diga - no assassinato de trabalhadores rurais; é a UDR que tenta enganar o povo uma vez mais. Sua força se baseia no poder econômico, nas milícias armadas e nos setores mais fascistas da sociedade.

Ao visitar Curitiba no último sábado, o Sr. Ronaldo Caiado recebeu de 26 entidades e mais de 500 pessoas o tratamento que ele e a sua entidade merecem: portando faixas, cartazes, onde os manifestantes repudiaram o porta-voz da violência, do latifúndio e da ditadura. Certamente o Sr. Caiado não esquecerá tão logo, aquele sábado à tarde em Curitiba. Com certeza não esquecerá que o Paraná e os seus trabalhadores desejam a democracia e, por conseguinte, a reforma agrária, pois a terra é para todos e não para alguns privilegiados. Não esquecerá que os trabalhadores não aceitam terrorismo, violência, e também não aceitam exploração. Esta, certamente será a lembrança de que Ronaldo Caiado terá daquele sábado, em Curitiba.

O Sr. Paulino José Delazeri - Vossa Excelência concede-me um aparte? (Assentimento).

Deputado Pedro Tonelli, é lamentável, mas profundamente lamentável, nós, como brasileiros, assistimos a esse comportamento das elites brasileiras detentoras do poder da propriedade, principalmente da terra, serem tão retrógradas como são.

E muito mais, Deputado Pedro Tonelli, infelizmente, essas elites nem com a desumanidade que praticam, que cometem o maior crime da história recente do mundo, da humanidade, não se sensibilizam para a necessidade de redistribuição dos meios de produção, principalmente da terra. E eu não tenho ilusão, Deputado Pedro Tonelli, absolutamente, porque a prática me confirma esta tendência de que estas elites não

abrirão não pacificamente dos seus latifúndios e dos meios de produção concentrados em seu poder.

A prova disso, é que no Brasil inteiro a reforma agrária ou os assentamentos dos trabalhadores sem-terra só existiam quando os deserdados da terra se apropriaram através das suas invasões. Não existe nenhum exemplo recente, Deputado Pedro Tonelli, infelizmente, que possa nos apontar no sentido de que nós teremos uma mudança na distribuição nestes meios de produção. Absolutamente, eu não tenho nenhuma esperança em particular neste sentido. Por isso, tenho sido honesto com os trabalhadores, com os que desejam a reforma agrária, em dizer que não será por vontade própria; não será por desprendimento humanitário, econômico, político que estas elites retrógradas farão a reforma agrária. Será somente a luta dos trabalhadores que têm interesse na reforma agrária, através das várias formas que se dispõe, pelas quais se processará, neste País, a Reforma Agrária.

Eu vi, ainda sábado pela manhã, nobre Deputado, ocasionalmente liguei a televisão e vi o programa do Supletivo, patrocinado pela Rede Globo, através da Fundação Bradesco. Numa aula de Geografia, o professor apontava no mundo a geografia da fome e indicava a Ásia, a África e a América Latina, falando do crime que está sendo cometido: milhões e milhões de seres humanos sendo dizimados, sendo assassinados indiretamente pelas elites retrógradas, possuidoras e detentoras das terras e que impedem de se fazer a Reforma Agrária, para produzir alimentos e abastecer a comunidade com o acesso a estes alimentos.

Então, Deputado Pedro Tonelli, eu me cansei e dificilmente farei aqui, neste Parlamento, pregação e reivindicação da Reforma Agrária, porque entendo que as elites não estão dispostas a encaminhar este tipo de transformação. Eu só acredito, como Vossa Excelência também acredita, que Reforma Agrária se processará quando os que nela tiveram interesse encontrarem o poder, porque fora isso, sem dúvida nenhuma, Deputado Pedro Tonelli, nós teremos os latifundiários, através da UDR, agindo violentamente com várias forças, até das armas, para impedir o avanço dos trabalhadores. Nunca na história das lutas populares e transformadoras, foi o povo que pegou nas armas para fazer a Reforma Agrária. Ao contrário, foram as elites que pegaram nas armas para defenderem o latifúndio e em consequência o povo apelou para a luta violenta também para fazer a Reforma Agrária. Não desejo que isso aconteça no Brasil, mas todo um processo prático que se encaminha aponta neste sentido. Não há absolutamente nenhuma vontade política de

fazer Reforma Agrária, agrícola e agrônômica, porque os governos que passaram pelo Brasil nos últimos anos e este que está aí, não tem nenhuma vontade de fazer isso. Por isso, Deputado Pedro Tonelli, eu me congratulo com Vossa Excelência nessa denúncia e deixo dito aqui para Vossa Excelência que não farei muitos pronunciamentos neste sentido nos Paramentos que nós temos, porque hoje eles não são instrumentos para promoção da democratização da propriedade da terra.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço a sua valerosa colocação. Certamente ela só virá enriquecer a nossa preocupação de homens públicos e responsáveis por este Estado e pelas pessoas que aqui vivem. E, digo mais. A sua afirmação, Deputado Paulino José Delazeri, vem reafirmar uma constatação denunciada pelo Partido dos Trabalhadores, desde que chegou nesta Casa, é de que aquilo que está escrito nos Estatutos, nos programas partidários dos que governam, que está contido num importante documento brasileiro chamado "Esperança e Mudança", realmente não será cumprido, tendo em vista que um Deputado do PMDB reconhece que realmente não será cumprido o que foi prometido, escrito e assumido. É lamentável, mas é verdade! E, digo mais: com base nestas afirmações do Deputado Paulino José Delazeri, do Deputado Domingos Scarpellini, é que estou dirigindo à Mesa Executiva desta Casa, um requerimento para que seja apreciado por esta Casa, por este Plenário, solicitando ao Ministério da Justiça que apure denúncias que a UDR está contrabandeando armas para conquistar e manter, segundo eles, os seus direitos, ou segundo a nossa linguagem, manter sob o seu domínio o resultante da dominação e da exploração em cima do povo brasileiro, e em especial, do trabalhador. Por isso, é necessário que esta Casa se pronuncie, aprove este requerimento e cobre do Ministério da Justiça a apuração da veracidade dos fatos.

Foi através de uma revista de circulação regional, "Paraná Oeste", em matéria que contém a denúncia, do ponto de vista nosso, seriíssima, escrita pelo Jornalista Renato Shaitza, onde consta o seguinte, na matéria intitulada "Corte no faroeste": (lê).

"Outra observação interessante, foi sobre a compra de armas pesadas por proprietários rurais brasileiros, no comércio de Miami. O fazendeiro está se calçando, o FBI já interveio para diminuir o tráfico, mas só age no varejo. Um delegado de polícia, no meu regresso, deu a explicação. Nem endosso e nem nego a versão. Diz ele que a União Democrática Ruralista, com o

dinheiro dos leilões, aplicou parte em armamentos e os revendeu a preços exorbitantes a seus associados. Quem vai a varejo, em Miami, quer fazer seu arsenal mais barato. Será? De qualquer maneira, presenciei, pessoalmente a corrida de brasileiros a armas pesadas, metralhadoras e escopetas, vendidas como excedente do Exército.

Preocupante é sentir como está explosivo o clima. A fancaria da Reforma Agrária só conseguiu semear desgostos; de um lado a frustração dos que sonham trabalhar a terra, de outro a intranquilidade de quem trabalha a terra e sente-se ameaçado de esbulho. Não há como esperar bons resultados quando os lavradores mais experientes compram sementes calibre 38."

Então, essa é uma constatação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, publicada numa revista que precisa ser investigada e ser bem explicada para esta Casa de Leis e para toda a Nação. Por isso, é que nós queremos, através deste requerimento e pronunciamento desta Casa, que o Ministério da Justiça tome as providências cabíveis.

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Pedro Tonelli. Vossa Excelência faz uma grave denúncia quanto à compra de armamentos por parte da UDR do Sr. Ronaldo Caiado, trazendo documentos e isto vem endossar as próprias palavras de Ronaldo Caiado, na sua visita a Curitiba, quando afirmou que se a Constituinte não aceitar as propostas da UDR, esta fará o maior levante do País.

Ora, quando o presidente de uma entidade que atua dentro de um processo democrático, lança mão desse espaço democrático para fazer uma afirmação de tamanha gravidade, começamos a nos preocupar e perguntar se a democracia pode ceder espaços a uma proposta de tamanha periculosidade.

O que é um levante, senão a subversão de tudo aquilo que a própria democracia nos permite, que é o debate, a participação? E por que esta imposição da UDR de que as suas propostas devem ser aceitas, sob pena de se proceder a um levante? Contra quem se fará este levante? Certamente será contra uma grande maioria, porque necessariamente a UDR não representa a maioria neste País.

Em nome de quem se fará este levante?

Em nome dos privilegiados, do latifúndio, dos leilões para arrecadar dinheiro, para se fazer o levante, em nome das armas estocadas? Contra quem se faz isso, senão contra a própria Constituinte que se vê atacada de forma direta e agressiva por uma minoria radical organizada financeira

e politicamente, representando os grandes privilégios tradicionais deste País.

Eu me associo ao protesto que foi realizado em Curitiba pelos estudantes e pelas entidades, protesto que tem o sentido da vanguarda, mas tem, acima de tudo, o sentido da preservação do espaço democrático.

E destaco nesta minha solidariedade, a atitude corajosa do Reitor da Universidade Federal do Paraná, Professor Riad Salami, que tem legitimidade, porque escolhido pela comunidade acadêmica, e que ante o fato de constatar que a solenidade de formatura se fazia de forma sigilosa, posto que só adentravam ao recinto aqueles que portassem uma senha de identificação, recusou-se a validar o ato, sob o argumento de que uma solenidade de formatura é uma sessão pública.

Solidarizo-me com o Reitor, e consequentemente com as entidades e com as pessoas que lá estiveram, que se somam neste protesto. E deixo aqui, associando-me à denúncia, mais esta constatação: de que quanto a este levante prometido por Ronaldo Caiado, sejam o quanto antes tomadas providências, primeiro pela Assembléia Nacional Constituinte para garantir a sua soberania e a sua dignidade de decisão e em segundo lugar, pelo próprio Governo que tem a obrigação de manter a caminhada constitucional que estamos construindo e dentro dela a participação de todos na sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELI - Agradeço a sua valiosa contribuição, que demonstra o seu reconhecimento de repúdio e de contestação a uma entidade tão nefasta, prejudicial e violenta que ninguém consegue deixar de abominá-la!

Para encerrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de dizer que, depois de tudo isso, o Sr. Ronaldo Caiado ainda tem a ousadia de afirmar que os trabalhadores é que são violentos!

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Eduardo Baggio).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Encerrado o Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulto à Liderança do PT, se deseja fazer uso do Horário que lhe é reservado. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDT, se deseja fazer uso do Horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Al-

gaci Túlio, por 8 minutos e 30 segundos.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No Hospital Naval Marcílio Dias, no Rio de Janeiro, na enfermaria onde se encontram internados 10 pacientes aguardando a morte chegar, uma cena comovente ali foi verificada: um pai, mais pela expressão do rosto do que pelas palavras que já não saem dos lábios, implora aos médicos que retirem a cortina-de-chumbo que separa sua cama da de sua filha, a menina Lady, de 6 anos, que, como seu pai e os demais, espera o fim chegar. O pedido foi atendido de pronto, e a cena que se seguiu comoveu a todos que a presenciaram.

Devair sorriu, e com as mãos queimadas tocou o corpo de sua filha também queimada, para depois adormecer, em um dos raros momentos em que a dor, sempre presente, acabou sendo vencida pela felicidade vinda do amor de um pai!

A cortina-de-chumbo não mais foi colocada entre as camas dos dois, e, pai e filha continuam unidos, no sofrimento.

No palco montado para ser mostrado para todo o País, através de cadeia de televisão, mostra o Presidente da República com um enorme sorriso nos lábios dirigindo-se euforicamente aos brasileiros e brasileiras, para anunciar o grande feito do seu desgoverno:

"Após estudos secretos, o Brasil já detém a tecnologia do enriquecimento do urânio, o Brasil já pode fabricar a sua bomba atômica, e, como prêmio pela extraordinária conquista, o Brasil passa a fazer parte do fechado "Clube Nuclear".

No dia 12 de outubro, "Dia da Criança", uma cena comovente é repetida mil e oitenta vezes nos rincões perdidos do Brasil, quando, em cova rasa, são sepultados brasileirinhos e brasileirinhas com menos de 5 anos de idade, fria e covardemente assassinados!

Esta cena seria repetida no dia seguinte, no outro dia, e no outro, ininterruptamente. (Lê):

"Nova cena se apresenta: terrível e chocante: 6 milhões e 600 mil brasileiros e brasileiras se arrastam pelos campos e pelas ruas do Brasil, sobrevivendo pela força poderosa da natureza porque sua renda é igual a zero. Não têm alimento, nem casa, nem esperança de vida ...

E finalmente a última cena: hora de almoço de 70 milhões de brasileiros. Sobre a mesa - daqueles que têm uma mesa, panelas vazias. Mais um dia em que irão passar fome.

Será possível tanta desgraça, tanta miséria, tanta irresponsabilidade, tanta omissão num único País? E onde estão aqueles que por ele respondem para colocar um

paradeiro nesta guerra fria e desumana? O que significa tantas mortes? Uma pequena cápsula de césio 137 - uma cápsula pouco maior que um alfinete, irresponsavelmente abandonada é levada para um ferro velho na cidade de Goiânia e espelha radioatividade por quase toda uma Cidade de um milhão de habitantes e contamina mortalmente muitas pessoas. Entre estas, Divair e sua pequena filha Leide.

O fato assume proporções trágicas através do noticiário. Mostra a irresponsabilidade de um País desacreditado também no setor energético. Setor onde só se pode agir com a segurança daqueles que sabem o que fazem e o valor da vida humana a preservar colocam em primeiro plano. Mas, o Brasil que já pode fabricar sua bomba atômica, de repente vê mostrada sua fragilidade, pois sequer possui meios para combater um insignificante foco de radioatividade.

E da insensatez deste País, surge Angra I, a maior sucata nuclear do mundo, como um fantasma ameaçador à vida de todos os brasileiros. Fazer o quê, se ali ocorrer uma tragédia?

Mas, será isto importante? Será que devemos com esta possibilidade nos preocupar, fazendo desta a cortina de fumaça que nos impede ver as "bombas atômicas" disparadas todos os dias e que acabam por matar quase 400 mil crianças por ano no Brasil? Crianças dizimadas pela subnutrição. Crianças mortas pela fome.

A cada 52 dias, silenciosamente, morrem no Brasil mais crianças do que o número de pessoas mortas com a explosão de uma bomba atômica em Hiroxima.

A cada minuto morrem crianças no Brasil, ceifadas pela terrível guerra da fome. São 400 mil crianças morrendo por ano. Morrendo não! Sendo assassinadas, porque estas mortes podem ser evitadas. Esta taxa de mortalidade infantil pode ser diminuída, basta que os bilhões gastos para comprar sucatas nucleares sejam investidos na redução dos efeitos da miséria.

Mas as autoridades brasileiras estão cegas. Estão surdas ao clamor destas crianças, e também das 33 milhões de crianças carentes, abandonadas, com menos de 14 anos de idade. Os donos desta terra, deste País que é a oitava economia do mundo, preferem gastar o dinheiro que vem do sacrifício do povo, construindo aviões supersonicos - o MX, que vai custar mais de 30 bilhões de cruzados.

Trinta bilhões de cruzados gastos num avião, enquanto quase 7 milhões de brasileiros sequer têm um único cruzado para sobreviver.

Os senhores da Nação tapam ouvidos e cerram olhos para não ver a mesa vazia de 70 milhões de brasileiros que passam fome,

mas empenham seus esforços para construir ferrovias da vergonha, que levam o nada a nada.

Milhares de crianças morrendo de fome, milhares de crianças abandonadas e sem perspectiva de futuro, famílias de brasileiros sendo dizimadas pela miséria: esta sim é a verdadeira catástrofe que ninguém vê. Ou que não quer ver. É a guerra silenciosa. A guerra social e civil. Guerra diuturna, porque não pára. Dia-a-dia mata milhares de seres indefesos e ninguém contesta. Os meios de comunicação se omitem.

A vida da pequena Leide é importante. De seus companheiros de infortúnio, também. E a vida das 1.080 crianças que morrem todos os dias não é também importante? Estas vidas não são valiosas? Mas ninguém protesta...

Ninguém briga. E os crimes vão se acumulando. As milhões de crianças abandonadas e carentes crescem também a cada dia. E com elas a violência, que é alimentada pela injustiça social também dia-a-dia, hora-a-hora. E também no dia-a-dia este abandono, esta injustiça é transformada em roubo, em assalto, em seqüestro, em homicídio... Mas ninguém se importa e as crianças continuam abandonadas. Abandonadas, sofredas, infelizes. E de repente, nós que nos abismamos com os efeitos de uma pequena cápsula de substância radioativa, aceitamos como normal. Aceitamos que faça parte do nosso cotidiano a violência, o roubo, o estupro, o seqüestro, o homicídio...

Morrer de fome, de miséria, torna-se rotina que não obtém repercussão junto à imprensa no sentido de alertar aqueles que ainda acreditam no amanhã deste Brasil.

E o contingente de miseráveis, a cada dia aumenta. De repente não são apenas crianças desnutridas, velhos e gestantes desamparados. São também jovens drogados, que na ganância dos grandes, acabam por perder corpo e alma. São famílias abandonadas. Despejadas de sórdidas moradias. São colonos sem terra.

E enquanto esta gente é destruída, aqueles que foram escolhidos para governar, e para criar leis, se reúnem em torno de mesas de banquetes para decidirem o que lhes será melhor fazer para o poder continuar a terem.

É chegada a hora de parar e pensar. De repensar a bomba atômica? Não será mais importante salvarmos os "brasileirinhos as brasileirinhas" que estão morrendo de fome diariamente? Não será mais importante humanizar a qualidade de vida dos 35 milhões de menores carentes e abandonados? Não será importante para o Brasil entrar no fechado Clube Nuclear enquanto os "brasileiros e brasileiras" morrem de fome? Sobrevivem na miséria? Não será mais importante

assumirmos as nossas responsabilidades e encarmos com seriedade a gravidade que pode advir de um acidente nuclear de proporção? O insignificante acidente de Goiânia não será um alerta de Deus para este País tão irresponsável quanto rico? Ao invés de permitirmos que se construa aviões de bilhões, não será chegada a hora de nos unirmos e colocarmos um basta em tanta mentira. Em tanta covardia? Em tanta safadez? Em tanto abuso?

Onde está o leite de nossas crianças? Prometido nos palanques, nas ruas e nas praças por aqueles que hoje brincam de fazer uma grande lei nos palácios de Brasília, enquanto o povo morre de fome? Onde estão os projetos sociais do governo que prometem cuidar da criança?

Hoje fabricamos bombas para matar, mas não aprendemos a fabricar meios para combater a morte prematura de nossos filhos. Que País é este, tão desumano e irresponsável? O que te falta Brasil, para o teu povo respeitar? Abra os olhos, Brasil, para que a tragédia de Goiânia, o césio 137 sirva-lhe de alerta... O ensine a construir vidas e não a matar e destruir... Você e seus filhos... Brasil..."

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta a Liderança do PTB se fará uso do seu tempo. DECLINA.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PL.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Recentemente tive a oportunidade de propor a este Douto Plenário a aprovação de um Requerimento dirigindo apelo ao Senhor Governador do Estado do Paraná, Álvaro Dias, no sentido de se evitar a utilização de veículos de divulgação oficiais para a publicação de artigos considerados inadequados à boa estruturação da sociedade paranaense. Da mesma forma procedeu o Vereador Santiago Losso, na Câmara Municipal de Curitiba.

O assunto tornou-se polêmico, e em decorrência o Vereador Santiago Losso apresentou alguns raciocínios contidos em um manifesto que foi encaminhado a setores competentes. Procederei, nesta oportunidade, à leitura deste manifesto, que contém também a opinião de diversos segmentos da sociedade que foram devidamente consultados quando da elaboração do mesmo. (Lê):

"EM NOME DO POVO E PELA MORAL

O Governo do Estado precisa promover a arte e a cultura, mas é preciso ter cuidado para que, através da justificativa do que é "arte", não se estimule a prática de

atos bárbaros, principalmente aqueles ligados aos crimes sexuais, e este estímulo está muito claro numa das matérias publicadas no suplemento cultural "Nicolau" (n. 03, pág. 16), custeado pela Secretaria da Cultura deste Estado, e que circulou na semana passada, nos principais jornais de Curitiba.

Não se trata de censura. Entendemos que as crônicas, contos e reportagens que incentivam a violência, estupro e outros crimes não deveriam constar de publicação apoiada pelo Governo, pois o custo deste material é arcado pelos contribuintes. Louvamos a iniciativa do Governo Álvaro Dias em criar este espaço para a manifestação cultural. Apenas lamentamos a infelicidade na escolha do conto do escritor Valêncio Xavier, que sob o título "No meio do mato matou a mulher índia e depois comeu", incentivava de modo muito claro a violência contra as mulheres, principalmente as de raças que alguns consideram inferiores, por causa da impunidade latente no texto. Conheço alguns trabalhos do autor e acredito que, numa publicação oficial deveriam ser utilizados os de melhor qualidade cultural e artística, que realmente contribuam para o enriquecimento cultural. Bem que o conto poderia ter ido para as publicações do gênero policial, ou mesmo pornográfico.

Mesmo assim, não condenamos simplesmente o texto, tendo a consciência de que pornografia é "tudo o que se relaciona à devassidão sexual; obscenidade; licenciosidade; indecência", como afirma o dicionário "Koogan Larousse". O que achamos deplorável é a sua publicação com verba pública, num veículo aberto a qualquer camada da população (de crianças a idosos, de ignorantes a intelectuais).

Nossa crítica feita na semana passada a esta publicação, acabou repercutindo na Cidade e gerou protestos de um membro da comunidade, que não está livre ainda dos preconceitos e tabus medievais sobre a prática sexual. Ele, na realidade, se revoltou contra os tabus, mas continua preso a eles, agindo de forma radical.

Por isso, queremos lembrar que o verdadeiro lugar do sexo foi mostrado já na criação do homem por Deus. O homem e a mulher foram criados sexuados e por isso o sexo pode ser considerado puro. O primeiro homem, criado à imagem de Deus, possuía funções sexuais como parte de sua natureza, e "Deus viu que tudo o que tinha criado era bom" (Gênesis, capítulo 1, versículo 31). A emoção humana mais elevada, segundo a Bíblia, é o amor (I Coríntios capítulo 12, versículo 12), e a expressão física do amor mais íntima é o sexo.

O conceito dualístico de que sexo mesmo dentro do casamento é pecado, um ato

feito e deplorável, surgiu nos primeiros 500 anos de cristianismo, quando o dualismo filosófico grego tomou conta da Igreja Cristã. Ele depreciava o corpo humano e propagava o ascetismo como ideal de vida. Tertuliano, um dos pais da igreja chegou a afirmar que: "Desde já, se praticardes a continência juntarás uma grande quantidade de santidade. Negas a carne e tens o Espírito. Mas, dirás que minha doutrina destrói todo o matrimônio?... Certo, e com muita razão, posto que o matrimônio também, no vergonhoso ato que constitui sua essência, é o mesmo que fornicção. Por isso, bom seria ao homem não tocar a mulher. Assim também a santidade mais perfeita é a da virgem porque não tem nada a ver com a fornicção". (De Exhortatione Castitatis, 9).

A influência antisssexual penetrou mais profundamente nos costumes sociais da Idade Média, pelo trabalho de Santo Agostinho. A herança que temos hoje, desta influência é a exaltação da virgindade e o celibato, que são considerados como atos de um estado moral superior ao matrimônio.

Precisamos derrubar esse tabu do dualismo grego, com relação ao sexo. Precisamos também acabar com a idéia de que o ato sexual serve unicamente para a procriação. Ele existe para funções outras, tão sublimes quanto a procriação, como a de manifestação íntima do amor. Evidentemente Deus disse que "o homem se unirá a sua mulher e serão os dois uma só carne" (Gênesis, capítulo 2, versículo 24).

Mas, a luta contra os tabus e os preconceitos não tem nada a ver com libertinagem, pornografia e violência em larga escala. O sexo, na realidade é tão comum, como qualquer outra necessidade do ser humano, seja individual ou social. A pornografia constrói um mundo movido pelo sexo, como se tudo ao seu redor dependesse dele, esquece o amor, e costumeiramente chega aos requintes da violência, como no conto de Valêncio Xavier. A cultura, por sua vez, pode trazer o conhecimento da verdade ao público, qualquer que seja o veículo e o processo utilizado, deixando de lado a exaltação de aberrações que mais servem para aumentar os desequilíbrios de nossa sociedade.

O psicólogo Frederic Wertham, em seu livro "Marca da Violência", aconselhou a termos cuidado com o que se apresenta pelos meios de comunicação social. "A preocupação de audiência de muitas emissoras de rádio e televisão, amiúde levam ao sensacionalismo que atrai o público, mas deixa somente um estímulo negativo no subconsciente dos ouvintes e telespectadores".

E porque não falar aqui dos psicóticos, que perante um conto, como o de Va-



lêncio Xavier, serão capazes de tornar real essa ficção perversa? Não faz muito, Curitiba foi abalada por vários crimes sexuais horrendos, em que mulheres eram mortas e o assassino depois satisfazia seus desejos sexuais com os cadáveres. Quando o homicida foi preso, soube-se que se tratava de um ator de filmes pornográficos, que procurou viver na vida real o que havia representado nas telas.

Mas, não devemos esquecer que há também o aspecto legal, na publicação desse tipo de conto, sob os auspícios do Governo. O próprio Estado deverá ser o primeiro a respeitar as leis estruturadas pela coletividade. Entre estas leis, está a da promoção daquilo que é moral e construtivo à sociedade.

Afinal, esse mesmo Governo que pagou a publicação do conto porno-violento, reclama que não tem dinheiro nem para atender as necessidades mínimas de sua administração, cortando verbas para uma série de setores e eventos importantes, como, por exemplo, no caso do corte ocorrido no dinheiro destinado à divulgação da Expotiba, que ocorrerá no início de dezembro.

No momento, o Governo estuda a taxação do ICM sobre o leite e outros alimentos básicos, atingindo diretamente aos pobres e famintos, como fórmula para recuperar a sua arrecadação. Ao mesmo tempo, reconhece, e às vezes de forma demagógica, que há milhões de brasileiros passando fome hoje. Mas, não retém seus gastos com coisas que não trazem benefícios quaisquer à grande maioria da população".

Solicito, Senhor Presidente, que seja dado como lido o restante do meu pronunciamento, tendo em vista haver dois parágrafos colocados no pronunciamento do Verador Santiago Losso que estou lendo, para efeitos de consignação desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência acata seu pedido e solicita ao serviço de taquigrafia que faça as suas devidas anotações.

Consulto a Liderança do PFL se fará uso do seu horário.

Com a palavra o Deputado Alexandre Ceranto.

O SR. ALEXANDRE CERANTO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Estive neste fim de semana, a semana toda, visitando a minha região e Umuarama, pertencente a mim e ao Deputado Nelson Vasconcellos e ao Deputado, meu amigo e companheiro Nilton Barbosa de Alto Piquiri. Estivemos acompanhando as delegacias de polícia, novamente, na nossa região, o que é do conhecimento dos dois parlamentares da nossa Cidade.

O nosso parabéns ao Governador Álvaro

Dias por estar dando condições ao andamento daquilo que pedimos aqui na Assembléia. Mas, ainda está ele com dificuldades e muitas dificuldades para trabalhar e atender à população na nossa região. Sua Excelência o Governador, entregou um carro em Umuarama esta semana passada. Está de parabéns pelo carro porque realmente estava-se precisando dele em Umuarama, só que se precisava de um carro que tivesse condições realmente para carregar presos. Ele foi dirigido ao delegado e o mesmo se sente em dificuldades porque é um carro que já está escrito que é da polícia, para fazer verificação. Pego aos meus dois companheiros que nos ajudem, mandando-se um outro carro para o Delegado de Umuarama para poder ajudar nas buscas dos presos lá da nossa região. A fossa que foi pedida, também, não se concretizou. Segundo as informações, já foi enviado dinheiro também. Mas, nobres Deputados, temos que trabalhar nesse sentido, são famílias que estão morrendo, pessoas que estão sofrendo por falta de segurança. Conhecemos a preocupação do Secretário, mas, na realidade, ainda faltam condições para que eles possam fazer o trabalho. Mas eu, particularmente até ajudei, com avião, nas buscas naquele caso de Toledo. Mas eu falo aos nossos companheiros e ao Presidente da Comissão de Segurança desta Assembléia Legislativa que eu fiz um requerimento, pedindo a eles que fossem até a Delegacia de Umuarama para verificar os fatos. Segundo o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que usou da palavra, disse que não teria condições financeiras para chegar até lá. Mas eu estou esperando que eles cheguem até Umuarama e não compareceram lá até hoje, não sabemos ainda o que vai acontecer, mas aí está, deixaremos o nosso pedido registrado.

Também quero falar em nome de Umuarama e do Estado do Paraná e convido os dois amigos, Deputado Nelson Vasconcellos e o Deputado Nilton Barbosa, para analisarmos a situação da SANEPAR, de Umuarama, pois está difícil de ser entendida a alta que houve na taxa da água. Não tem como entender, como é que pode uma pessoa que mora numa favela e que pagava Cz\$ 60,00, tem documento que mostra que hoje paga, a taxa de Cz\$ 960,00. Não quero jogar a culpa em Vossa Excelência, Governador Álvaro Dias, não. Só que nós queremos uma explicação, e que era para ser dada hoje, mas foi transferida para outro dia.

Como é que nós que fomos pedir votos naquela comunidade, como os Senhores Deputados, como é que nós podemos voltar às mesmas bases ouvindo essa reclamação da população? Eu, por exemplo, pagava a taxa de Cz\$ 220, na minha casa e ela foi a Cz\$ 1 mil e 200 cruzados, na minha própria casa. Numa micro empresa, a taxa era de Cz\$



8 mil, e teve a alta para Cz\$ 28 mil para a micro empresa!

Ora, prezados Deputados, na hora da busca dos votos vamos à favela e choramos pelo voto, e o que é que vamos fazer por este povo? Será que vamos buscar a resposta só na hora do voto? Está na hora de todos os Deputados, eu sou do Partido da Frente Liberal, respeito todos os demais Partidos, respeito cada um dos que receberam os seus votos, respeito a Bancada majoritária, não estou aqui para criticar ninguém, mas a verdade tem que ser dita e levada ao conhecimento do povo, do povo de cada região, votar na matéria que o Governo precisa para defender o nosso Estado, mas, nessa da SANEPAR nós vamos conversar e com o apoio de todos os Deputados Parlamentares desta Casa!

Outra questão que eu quero colocar aqui, aos meus amigos, do meu Partido, que tanto eu ouvi nesta Casa de Leis falando a respeito dos marajás, e da Velha República. Eu passei pela Velha República, mas nunca usei cargo público, por isso sou contra certas coisas que acontecem no nosso País, e sou a favor das coisas boas, mas, o que eu digo a vocês, prezados deputados, não aceito e não concordo, no momento que estamos passando, na nossa Nação, passarmos pelas críticas do povo que nos elegeu. Nós estamos dando apoio ao Presidente da República José Sarney, o meu Partido não conta com o meu voto. O meu voto é contra o mandato de José Sarney por 5 anos, eu sou a favor que no ano que vem ele se retire da Presidência da República, junto com o seu Ministério. É isso que eu vou falar ao povo, é isso que eu vou pedir! O povo brasileiro não aguenta mais! E, até onde vamos engolir isso? Por que é que nós, 54 Deputados estamos aqui nesta Assembléia? Para falar em nome do povo, defender as empresas, as indústrias! O que é que estamos pensando, deixando o nosso País na situação em que está? Não vamos permitir que este mandato seja mais prolongado, que seja em 1988, porque, como é que vamos ficar nestas condições? Só está trocando de Ministério! Onde é que se viu o Presidente da República trocar seis vezes? Quanto a estes pacotes que estamos vendo aí? Eu pergunto: - qual é o empresário que está satisfeito? Qual é o trabalhador que está satisfeito com o Presidente da República? Vamos ao menos acompanhar os pensamentos do Governador Álvaro Dias, dar exemplo a nossa Nação, até por que o nosso Presidente da República que está brincando com os seres humanos! Eu não concordo com isso, Senhores Deputados e quero contar com o seu apoio. Concordo com aquilo que eu ouvi do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, quando ele falou da pena de morte. Eu sou a favor da pena de morte,

ele conta com o meu voto, porque até para os Parlamentares de Governo, quando se é corrupto tem que haver pena de morte. Tem que ter!

Concedo a palavra ao meu companheiro Deputado Nilton Barbosa.

O Sr. Nilton Barbosa - Agradeço o seu aparte e gostaria de voltar ao início de seu discurso quando Vossa Excelência citava, mais uma vez o caso em relação à Delegacia de Polícia de Umuarama. Quando Vossa Excelência, há dias atrás, entrava nesta Casa com um Requerimento para que fosse formada aquela Comissão, nós já o sabíamos, como sabia o Deputado Nelson Vasconcellos, o mais votado de Umuarama...

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa ao Orador que está na tribuna que tem 30 segundos para concluir.

O SR. ALEXANDRE CERANTO - Cedo ao Deputado Nilton Barbosa.

O Sr. Nilton Barbosa - Obrigado.

O Deputado Nelson Vasconcellos e nós já tínhamos conhecimento das providências que haviam sido tomada pelo Governo. Não foi surpresa, quando da estada do Senhor Governador, em Umuarama, que entregou aquela viatura. Não nos foi surpresa a liberação de Cz\$ 436 mil e 500 cruzados para as reformas também, isto sendo a primeira parcela, porque é de nosso conhecimento e creio ser também de Vossa Excelência que não ser necessários mais recursos para que se possa fazer realmente as melhorias na Delegacia. As providências estão sendo tomadas. Mas o que nos causa estranheza, nobre Deputado, é que ainda na semana passada esteve aqui em Curitiba o Delegado Dr. Ribeiro visitando o Gabinete do Deputado Nelson Vasconcellos, e o nosso Gabinete, e quando nós indagávamos a respeito da situação da Delegacia, ele nos passava informações, e são informações que nós temos, de que as providências estão sendo tomadas.

Por isso, eu discordo de Vossa Excelência, porque seria até vergonhoso para nós 3 Deputados que representamos a região, sendo 2 da situação, e que temos conhecimento do que acontece, entramos com um requerimento na Casa pedindo a formação de uma Comissão da Assembléia Legislativa. Isso seria até dizer que nós não estamos atentos aos problemas da nossa região.

E eu tenho certeza de que o Deputado Nelson Vasconcellos, como nós, está atento. Sabemos dos problemas que existem não só em Umuarama, como em todos os municípios. Por isso a nossa discordância. Eu

acho que a Comissão somos nós três, que representamos aquela região.

Muito obrigado.

O SR. ALEXANDRE CERANTO - Eu lhe agradeço o aparte e muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - (Pela ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) - Está Vossa Excelência com a palavra, pela ordem.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Em meu nome, em nome da minha Comissão de Segurança, e em nome do Deputado Algaci Túlio, do Deputado Sabino Campos, do Deputado Raul Lopes e dos demais componentes.

Eu ouvi atentamente agora e esta é só uma questão de ordem para dar uma resposta ao Deputado Alexandre Ceranto. Eu recebi na minha Comissão o Deputado Nilton Barbosa, o Deputado Nelson Vasconcellos. Recebi ofício do Deputado Alexandre Ceranto a quem eu tanto respeito.

Conversei com Vossa Excelência, conversei com o meu particular amigo, Dr. Nelson Vasconcellos. Trocamos idéias. Respeito tanto o Dr. Nelson como Vossa Excelência e como o Deputado Alexandre Ceranto. Mesmo assim, ainda conversei com o Secretário de Segurança, porque afinal de contas eu sou Presidente de uma Comissão de Segurança nesta Casa. Quando eu não estou, o responsável por esta Comissão é o Deputado Algaci Túlio. Quando o Deputado Algaci Túlio não está, é o Deputado Sabino Campos e os demais componentes.

O objetivo da nossa Comissão é o de apenas ajudar, jamais o de atrapalhar. Realmente sabemos que o problema de segurança, não só em Curitiba, em Umuarama, mas no Sudoeste, terra do Deputado Nereu Carlos Massignan, do Deputado Sabino Campos, do Deputado Paulino José Delazeri, realmente é uma calamidade.

Mas devagar nós chegamos lá. Agora, eu queria dizer a Vossas Excelências que em meu nome, em nome do Deputado Algaci Túlio, em nome da nossa Comissão eu conversei com o Secretário de Segurança Pública. Expus os problemas. Respeito os três representantes de Umuarama. Agora, eu como Presidente desta Comissão, eu tenho o direito de ir, senão não haveria necessidade de ter comissões, nesta Casa. E eu, como Presidente da Comissão, fui até lá em nome do Deputado Nelson Vasconcellos, em nome do Deputado Nilton Barbosa, em nome do Deputado Alexandre Ceranto, expus os motivos, etc. e pedi-lhe providências para ajudar tanto os líderes do PMDB de Umuara-

ma, quanto o líder do partido da Frente Liberal. Era essa a justificativa nesta Casa. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. NILTON BARBOSA - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) - Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA - Eu gostaria só de esclarecer ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que nós já sabíamos da sua decisão. E é evidente que, quando discordamos do requerimento, não discordamos de que se forme uma Comissão, presidida inclusive por Vossa Excelência que conhece a nossa região. Agora, o que eu acho desnecessário é que somos dois parlamentares do PMDB e um do PFL do município, eu acho que nós somos uma Comissão, porque somos em três.

E nós temos conhecimento. O Deputado Nelson Vasconcellos, que representa o Município de Umuarama, que foi o mais votado parlamentar de lá, tem acompanhado ativamente, atentamente os problemas de Umuarama. E nós, que temos o prazer de a seu lado também pertencer à Bancada do PMDB, sabemos das necessidades e que estão sendo tomadas as providências necessárias. Tanto é que o Governador liberou Cz\$ 436 mil cruzados, e liberou uma viatura.

O que eu acho desnecessário é a formação de uma comissão. Não que com isso eu queria dizer que Vossa Excelência, como os demais companheiros Parlamentares, não possam ir até Umuarama, que para nós será um prazer.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) - Consulta a liderança do PDS, se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto a liderança do PMDB.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Usará a palavra o Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) - Com a palavra o Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, por 8 minutos e 30 segundos.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Volto a repetir neste Poder Legislativo uma frase que aqui usei durante um pronunciamento que fiz nesta Casa:

Quisera o povo do Paraná e do Brasil ouvir que Brasília estaria bem governada como o está sendo o Governo do Paraná!

Essas palavras não são apenas deste Deputado, mas, as pesquisas feitas no Paraná através da Imprensa, constataram a grande liderança e o grande avanço do Paraná, no Governo Álvaro Dias!

O "Estado de São Paulo" do dia 12 de outubro de 1987 traz na primeira página:

**Álvaro quer combate à corrupção.**

Só o combate à corrupção colocando na cadeia os ladrões dos dinheiros públicos devolverá à população brasileira a confiança nas instituições, nos partidos e nos Políticos.

Em afirmativa do Governador do Paraná, Álvaro Dias, ele defende uma Reforma Administrativa em profundidade, para controlar a crise econômica e o impasse político. Deve-se extinguir estruturas administrativas, não apenas eliminar Ministérios, e até aceita a convocação de eleições gerais, abdicando do seu mandato se elas forem necessárias para a solução dos problemas do País.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, aí está a postura de um Governo que não está somente com o pensamento voltado para a sua vaidade pessoal, que isso não existe no Governo Álvaro Dias. Aí está um Governo voltado aos princípios democráticos, e com a preocupação pelo seu Estado e acima de tudo, pela população brasileira.

Só há um caminho seguro para acabar com o desencanto da população brasileira em relação às instituições e aos partidos: extinguindo-se imediatamente a impunidade, e se colocando os responsáveis pela corrupção, aqueles que se acostumaram a levar a vida fácil através do dinheiro do povo do Paraná e do Brasil, na cadeia! E essa receita é do Governo Álvaro Dias, que o demonstra ao povo do Paraná e até mesmo ao Poder Legislativo do Paraná como também ao Poder Judiciário do Paraná através da sua postura, da sua firmeza e do seu compromisso assumido nas eleições de 1986. Um Governador que apresentou ao povo do Paraná um programa de Governo elaborado por valorosos companheiros do PMDB do Paraná, elaborado junto à sua Assessoria de hoje. Assim queremos também destacar e parabenizar aos Senhores Secretários de Estado, os quais tanto têm contribuído para este êxito através da firmeza e da credibilidade, e, acima de tudo, da competência que é do Governador do Paraná Álvaro Dias.

E é importante que estas medidas tomadas pelo Governador Álvaro Dias, contidas nesta nota do "Estado de São Paulo", através de uma entrevista com o Governador, que isso se ramifique no Paraná e no Brasil inteiro. Que estas medidas do Paraná sirvam de exemplo a outros Estados, sirvam de exemplo lá em Brasília e até mesmo nos municípios onde alguns vereadores, que desconhecem corrupção, que levam algumas

vantagens do Poder Executivo, de benefícios de gasolina para utilizar nos seus carros particulares para passear nas ruas da cidade, ou até mesmo nas praias do Paraná. Este município que pratica este tipo de corrupção deveria enxergar e seguir o exemplo do Governo do Paraná que está a combater os crimes dos colarinhos brancos, que nunca foram combatidos, e que nunca foram para cadeia por lesarem os cofres públicos. E o Paraná, através do seu povo, dos seus eleitores, tiveram a felicidade de ter para disputar as eleições governamentais uma figura como a de Álvaro Dias.

Tenho certeza, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que muitos e muitos eleitores de outros Estados gostariam de ter a felicidade dos eleitores paranaenses, que muito bem souberam escolher este grande nome que combate a corrupção e que prega a liberdade do povo paranaense e a democracia no nosso Estado, que é a figura de Álvaro Dias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Encerrado o Horário das Lideranças, passaremos ao Horário do Expediente. Antes porém esta Presidência tem a honra de comunicar a presença neste Plenário do Senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Pitanga, Vereador Honofre, do Vereador Esidoro, e de lideranças daquele Município. Esta Presidência agradece a presença dessas lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Caíto Quintana, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado Nilton Barbosa para substituir o Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, como membro efetivo da CPI do Banco del Paraná. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria da Senhora Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio.

Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Valderi Mendes Vilela, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado.

Esta Presidência também, comunica a presença em plenário do Vereador de Piraquara, Carlos Alexandre Fernandes.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, nós gostaríamos que fosse registrado nos Anais da Casa também a presença do Prefeito de Maria Helena, Marclio Antonio da Silva.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência defere o seu pedido e fará as devidas anotações.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 88/87, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO, que autoriza o Poder Executivo a isentar as instituições reconhecidas de Utilidade Pública pelo Estado, das taxas de água e energia elétrica, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., à EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação.

O SR. RAFAEL GRECA - Para encaminhar a votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senhor Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em primeiro lugar, eu quero agradecer aos 13 Deputados que já assinaram este Projeto de Lei quando do seu encaminhamento à Mesa e nas diversas comissões. Mas sobretudo, eu quero enaltecer e me render à experiência da figura do Deputado Erondy Silvério, que enriqueceu o meu Projeto de Lei com uma Emenda Substitutiva, diria eu, muito mais concordante com a minha primeira intenção, qual seja a de propor a isenção das taxas de água e de luz para as entidades de caráter exclusivamente filantrópicas, ou seja, aquelas conveniadas com o Estado que ajudam o Estado a reparar as graves injustiças de ruptura do tecido social brasileiro.

A Emenda do Deputado Erondy Silvério é por este autor perfeitamente aceitável, e em nada me diminui o fato de ela vir a ser

votada depois da aprovação do presente Projeto de Lei.

Eu percebi na última sessão uma disposição da Bancada majoritária, do PMDB, de rejeitar o presente Projeto de Lei, pelo seguinte motivo: se o PMDB do Paraná ainda age assim, demonstra ainda estar viciado na prática do autoritarismo porque a proibição da isenção das taxas de água é uma proibição constante do Plano Nacional de Saneamento -PLANASA- que vem a ser um documento assinado nos tempos do arbítrio.

A população que foi às ruas fazer as diretas, a população que formou as idéias libertárias que desembocaram na Nova República e que agora se frustra, também sonha com o fim de determinações que às vezes são essencialmente técnicas, mas nem sempre traduzem essa necessidade do Brasil de um caráter moderno de administração que se preocupe efetivamente com os oprimidos pela pobreza.

Eu fiz este Projeto de Lei a partir da minha prática como provedor do Albergue e Casa dos Pobres São João Batista, que é um espaço de resto servidor do Estado, servidor do Estado pelo aspecto de que lá vão reclinar a sua cabeça, antes de morrer nos hospitais de Curitiba, as pessoas que têm aposentadoria rural. Esta aposentadoria de Cz\$ 600,00, ou de Cz\$ 900,00 cruzados mensais - se é que isto é aposentadoria. Elas vão lá porque o Paraná não tem hospitais no interior e elas vêm à Capital gastar em luz e água da casa dos pobres, porque precisam de um espaço antes de irem aos hospitais buscar recursos e atenção.

De maneira que eu não vejo como um Estado que gasta, o Prefeito de Curitiba, por exemplo, gasta Cz\$ 600 mil semanais em propaganda, negar às entidades de benemerência, a estas entidades de pronto socorro assistencial. Assistencialismo, diriam, e assistencialismo se despreza à esquerda e à direita. A direita por crueldade e aridez de espírito. À esquerda por miopia e falta de misericórdia, por esquecimento de que a doutrina marxista é também ela humanista.

Então, este projeto de lei passa do trâmite partidário, larga a esfera no maniqueísmo dos que são contra e dos que são a favor do governo, e ganha a grande esfera pública da dominação acima de todos os partidos e de todas as ideologias, da dominação em favor do ser humano.

Eu faço um apelo aos Deputados do Paraná, um apelo no sentido da compaixão e da solidariedade, e façam aprovar o presente projeto de lei - nesta Primeira Discussão - ainda imperfeito, e depois corrigido pela emenda substitutiva do experiente Deputado Erondy Silvério. E o façam diante da idéia de que não pertencemos nós estritamente aos partidos, mas pertence-

mos, todos, à generosa categoria dos seres humanos que temos obrigação premente com a solidariedade e com a compaixão enquanto não podemos conviver numa sociedade absolutamente justa.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Continua em votação o Projeto de Lei nº 88/87.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Cândido Bastos.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu devo esclarecer e levar ao conhecimento da Casa, com relação ao Projeto de Lei n. 88/87, que ora se discute, de autoria do Deputado Rafael Greca, o qual visa isentar as entidades exclusivamente de reconhecimento filantrópico das taxas de água e de energia elétrica.

Já quando este projeto foi examinado na CCJ eu tive a oportunidade de apresentar o meu voto em separado, ao reconhecer nele inegável mérito.

Conflita o presente projeto com as disposições constitucionais, porquanto projeto desta natureza é de exclusiva competência do Chefe do Poder Executivo e conflita visivelmente este projeto, com o art. 25, § 1.º, alínea B da Constituição do Estado do Paraná.

Também foi alegado pelo seu autor que, embora reconhecendo este dispositivo constitucional, a sanção governamental estaria legalizando o ato.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, já existe jurisprudência firmada a respeito de casos como estes, já julgados no Supremo Tribunal Federal, em contrário, e isto nós encontramos através de uma representação publicada pelo Supremo Tribunal Federal.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, embora reconhecendo o mérito do ilustre autor, nos posicionaremos contrários à votação desta matéria, porque ela fere visivelmente os dispositivos constitucionais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Continua em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados.

Eu não posso, embora o respeito que me merece o nobre Deputado Cândido Bastos, concordar com o seu voto em separado, nem com sua argumentação.

Sua Excelência deve perceber que o País está mudando e nós estamos em pleno

regime constituinte, embora não endossemos a posição do atual Congresso Nacional Constituinte, mas isto é matéria para outro comentário.

Nós temos que sentir que, acima do que dispõem as leis, do que dispõe a Constituição, nós devemos efetivamente nos curvar à argumentação sóbria, inteligente e profundamente humana do nobre Deputado Rafael Greca, autor do projeto.

A nossa emenda nesse projeto visou somente uma questão de técnica legislativa, sem, absolutamente, querer alterar os méritos inegáveis que contém a proposição. Nós sabemos que essas entidades de benemerência social atravessam uma situação terrível. Os recursos de que dispõem são insuficientes para que elas atinjam os objetivos para os quais existem, para os quais foram criadas.

Então, nada mais justo do que se isentar das taxas de água e energia elétrica, sem nos atermos no artigo 25 de uma Constituição defunta, insepulta, que vive os estertores da sua agonia. Mesmo porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós sabemos que a SANEPAR, a empresa pública que gerencia o fornecimento de água aos paranaenses, está exorbitando no preço. Quem neste Paraná ou, principalmente em Curitiba, não tem queixas amargas contra as tarifas de água; contra um aumento autorizado de 12,5%, depois mais 10%, depois mais não sei o quê. A SANEPAR está elevando simplesmente 100% as tarifas de água na capital. Não sei no interior, mas na capital o aumento é esse.

E as tarifas de energia elétrica, que de um aumento de 7,5% passa para 50%, pois basta verificar as contas de energia que nós vemos que este aumento beira tal percentual.

Então, eu não vejo nenhum inconveniente de que se isente do pagamento da taxa de água e energia elétrica as entidades de caráter filantrópico.

Acho que esta Casa em determinados instantes não pode ater-se à letra fria da lei, mas deve acima de tudo legislar com o coração, com a sensibilidade, que o que realmente está faltando a este País, hoje, é a sensibilidade humana para com os problemas dos desamparados. Eu tenho absolutamente certeza que esta Casa vai aprovar o Projeto. Nós vamos deixar nas mãos do Governador a solução do problema.

Se ele também quiser olhar a Constituição, é um problema dele, Governador do Estado. Esta Casa não deve ser sempre servil, sempre obediente, pronta sempre a tirar as responsabilidades das mãos do Governo. Num caso como este, vamos deixar ao arbítrio do Governo a sanção ou não do projeto. Vamos cumprir o nosso dever com os desamparados da sorte, com os deserdados.

dos, este é o verdadeiro espírito do projeto.

Se eu ocupei a tribuna, é só para justificar a minha emenda, que não foi absolutamente no sentido de interferência dos nobres objetivos do autor da proposição, mas apenas adequá-la a uma melhor técnica legislativa.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Continua em votação.

Com a palavra o Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desde o início que estamos acompanhando este projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a isentar as instituições filantrópicas da taxa de energia elétrica e de água.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este projeto nasceu já um pouco, não tanto de boa qualidade, e veio a ser melhorado muito mais pela emenda do nobre Deputado Erondy Silvério a qual caracterizou de todas as maneiras, restringindo a abrangência dos benefícios da futura lei.

Mas, Sr. Presidente, e nobres Srs. Deputados, foi falado pelo nobre Deputado Cândido Bastos da inconstitucionalidade do tal projeto de lei.

É bem verdade que hoje este país é regido ainda por uma Constituição que é fruto de um arbítrio, é fruto de decisões de gabinete, de uma Constituição feita a mando de uma pessoa ou de determinadas pessoas deste País.

Nós, parlamentares, não podemos continuar respeitando estas normas que ferem o direito das pessoas e o direito das instituições criadas por este País afora. Foi muito bem discorrido a respeito da inconstitucionalidade deste projeto, mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a decisão apresentada, no voto em separado, é uma decisão do ano de 1969, é uma decisão que se perdeu no tempo, que se perdeu no espaço. É uma decisão também de meia dúzia de pessoas que nada sabem a respeito de como vivem as instituições filantrópicas deste Estado, principalmente deste Estado do Paraná, que é nosso problema.

Recentemente, Srs. Deputados e Sr. Presidente, a jurisprudência mudou neste País. Já existe emenda mudando, reconhecendo que quando o Poder Executivo sanciona uma Lei, ela se torna legal porque tem em sua mão o poder do veto.

Faremos na Constituinte Estadual mudanças para este critério, respeitando sempre a Constituição Federal, é lógico. Mas não podemos estar vinculados a normas que já se perderam no tempo e no espaço, fruto do arbítrio, conforme dissemos, que

imperou neste País por mais de vinte anos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. As instituições de caráter exclusivamente filantrópico, reconhecidas de utilidade pública neste Estado, não são muitas. Temos que atentar Srs. Deputados, que quem paga a taxa de água e luz não é o Governador, não é o Secretário de Estado. É o povo, através dos recursos que a própria SANEPAR e a própria COPEL arrecadam da sua prestação de serviços.

Já há uma distribuição desse custo. Aprovada essa lei, esse projeto de lei na forma apresentada pela Emenda Substitutiva do Deputado Erondy Silvério, esta Casa realmente estará fazendo justiça às instituições filantrópicas, porque elas vivem momentos de angústia. Vivem momentos de real falta de recursos. É a hora, Srs. Deputados, de se fazer alguma coisa justa.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso voto favorável à emenda, ao projeto com a emenda do Deputado Erondy Silvério.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que me envaidece, o que me deixa feliz nesta Casa, quando vejo projetos de relevância para o social.

Eu ouvi atentamente vários pronunciamentos nesta Casa hoje, entre eles o Deputado Algaci Túlio falando sobre aquela bomba, sobre aquela radioatividade, falando sobre as crianças que morrem. Vi ilustres Parlamentares do meu partido discutindo problemas de segurança e assim por diante.

Analisei o projeto do ilustre Deputado Rafael Greca. Analisei a emenda do meu querido mestre, Deputado Erondy Silvério. É um projeto que acho de relevância social. Eu posso até contrariar o líder da minha bancada, me perdoe, mas é um projeto em que eu voto a favor e de todos quantos virem aqui e que realmente tenham preocupação social. Se nós constatarmos, como diz o Deputado Erondy Silvério, como diz o próprio Deputado Rafael Greca, tirarmos taxas de água e de energia elétrica para as verdadeiras entidades filantrópicas, aqueles que realmente nasceram com o ideal de servir, aquelas que nasceram com o ideal de dar, mesmo sentindo a dor. E elas são importantes neste País.

Vejam os senhores, sei que o Deputado Erondy Silvério e eu tenho um projeto que pedi para retirar de discussão, e é um projeto de advogados, de assistentes sociais e psicólogas, pedi para retirar e

fiz dois. Um para os advogados e um para assistentes sociais e psicólogas.

Sei que o Deputado Erondy Silvério acha inconstitucional. Sei que tem companheiros nossos que acham. Mas é um direito que nós temos. Por exemplo, é um sonho que tenho de ver todas as Delegacias de Polícia do meu Estado, com advogados ajudando a família pobre. Assistentes sociais ajudando a família pobre, com psicólogas ajudando a família pobre.

Não estou exigindo que o Governador faça, estou apenas dando uma idéia, através deste projeto de lei, se achar conveniente contrate, se não achar conveniente não contrate. É a mesma coisa que o projeto do Deputado Rafael Greca ou o Substitutivo do Deputado Erondy Silvério, se o Governador achar que deve, que o faça, se ele achar que não deve, não o faça, mas são projetos de relevância social e realmente temos que nos preocupar com o social.

Eu conversava com a Deputada Vera Agibert, cujo marido com muito orgulho e satisfação é o Prefeito de Prudentópolis, eu conversava com ela, agora, a respeito da segurança do seu município, discutíamos o problema da situação financeira não só do Paraná, mas da situação financeira de toda a Nação brasileira.

Realmente, estamos caminhando para um ponto de interrogação e não sabemos onde vamos chegar. Temos problemas de segurança para resolver, temos problemas de saúde para resolver, temos problemas de educação para resolver, temos inúmeros problemas para resolver não só no Estado do Paraná, mas em toda a Nação brasileira!

Respeito, Deputado Rafael Greca, a sua feliz e brilhante idéia nesta tarde, respeito o Substitutivo do Deputado e mestre Erondy Silvério, que há tantos anos vem prestando relevantes serviços ao Paraná, há longos anos ocupando uma cadeira nesta Assembléia Legislativa, como respeito a todos aqui que há longos anos vêm prestando relevantes serviços ao Paraná.

Mas, respeito mais ainda, aquele que se preocupa com o social no Estado do Paraná, e respeito mais ainda, aqueles que se preocupam não só com o Paraná, mas sim, por toda a Nação brasileira!

Voto a favor, mesmo contrariando aqueles que não queiram, votarei a favor porque sou a favor do social brasileiro, do social da Nação brasileira!

Como disse o Deputado Algaci Túlio, do PDT, nesta tarde, nós temos que ser capazes dos nossos ideais, da nossa vontade de servir, nós temos que nos preocupar com o social, porque a fome está matando, a miséria está matando, parece que a miséria, o social, realmente estão aniquilando esta Nação, e quando um projeto como este

vem ao encontro do social, quantas vezes forem necessárias mesmo contrariando a quem quer que seja, levantarei o meu grito de alerta e votarei a favor seja do meu Partido, seja do PDT, seja do PTB, seja do Partido da Frente Liberal, seja do Partido Liberal. Eu estou aqui é para servir aos meus ideais e servir ao povo do Paraná.

Votarei a favor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Continua em votação.

Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós notamos que nesta Casa, às vezes, usam-se dois pesos e duas medidas, porque volta e meia a Ordem do Dia da Casa aparece com projetos dessa natureza, a isenção de pagamento de taxas à Associação Tal, de Tal município, projeto de determinado Deputado. E, hoje, vemos que esta Casa, no pensamento de alguns parlamentares, já adota um outro pensamento.

Este, é verdade, este projeto do Deputado Rafael Greca não é um projeto político, não se trata de um projeto político, trata-se de um projeto humano, de um projeto que tem de receber a sensibilidade de todos nós Parlamentares desta Casa, que já recebeu através da Emenda do Deputado Erondy Silvério, este reconhecimento; já recebeu reconhecimento através do pronunciamento do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, já recebeu do Deputado Valderi Mendes Vilela, e é preciso que receba dos demais Deputados também, porque, vejam bem, não podemos legislar apenas em cima da lei, que é uma lei fria, que foi feita por homens, quem sabe até insensíveis, porque homens que não vivem o dia a dia que nós, Deputados, vivemos nas nossas regiões e principalmente me coloco aqui, eu, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, Deputado Pirajá Ferreira que somos homens da imprensa, que temos o contato diário com as entidades que nos procuram em nossos gabinetes, em nossas emissoras de rádio, em busca de auxílio. E vou dar um testemunho aqui.

Todo final de semana eu dou pelo menos 30 brindes que são destinados a estas entidades para fazer o bingo, para poderem sobreviver. Então, é preciso que nós Parlamentares olhemos com mais sensibilidade este tipo de projeto. Se não, faço aqui a seguinte pergunta: o que é que adianta termos aqui nesta Casa a Lei de Utilidade Pública Estadual? Para que é que serve esta lei, se todo dia nós temos aqui e na Ordem do Dia de hoje nós temos aqui alguns projetos que tornam de utilidade pública determinadas associações. Que benefício



estas entidades têm com a aprovação deste título, deste projeto de utilidade pública? Se não é para ter exatamente estes benefícios, de nada adianta elas constarem como de utilidade pública estadual, utilidade pública municipal."

Então, venham os senhores, o Governo Estadual, vou dar aqui um exemplo porque eu convivo muito com o Deputado Rafael Greca e nós constantemente estamos nessas campanhas filantrópicas aqui em Curitiba, e recentemente, inclusive, tivemos mais uma vez a festa de São Francisco, que é realizada no Largo da Ordem. Promoção feita pelo companheiro Rafael Greca, mas que coloca acima de tudo qualquer interferência política, tanto que o Governo do Estado, mesmo não sendo do partido do Deputado Rafael Greca, deu sua colaboração. Vários parlamentares passaram por lá, participaram da festa e nós tivemos uma arrecadação extraordinária.

E para que esta arrecadação? Exatamente para ajudar o Albergue São João Batista, que precisa sobreviver. E o que é que recebe o Albergue São João Batista? Principalmente o pessoal carente que vem do interior do Estado e que vem aqui em Curitiba. Sabem quanto gasta só de água o Albergue São João Batista? Aproximadamente 50 mil cruzados, aproximadamente 40 ou 50 mil cruzados de energia elétrica, porque essa gente precisa se banhar diariamente, são pessoas carentes, portadoras até de doenças, e que vêm aqui e ficam no Albergue esperando uma vaga no hospital. E o Estado do Paraná não tem um albergue à altura do Albergue São João Batista, que vive na dependência dessas contribuições, dessas promoções sociais que são realizadas.

Agora, vejam, o Governo do Estado dá 75 mil cruzados por mês ao Albergue São João Batista. Lá esteve recentemente em visita, acompanhado por mim, pelo Deputado Rafael Greca, o Deputado Rubens Bueno, e ficou sensibilizado com a situação e com o tratamento que é dado no Albergue São João Batista a esta gente que vem do interior do Estado. Então o Governo dá 75 mil cruzados, mas o mesmo Governo tira 50 mil cruzados, ou quem sabe mais até, de luz e de água. Como é que sobrevive uma instituição nestas condições?

Por isso é preciso que nesta hora, nós, Parlamentares, olhemos com mais sensibilidade, não olhemos apenas a lei fria no papel, sem colocarmos realmente o coração naquilo que sabemos, que sentimos e que vivemos, diariamente. Não podemos ficar usando dois pesos e duas medidas. Não se trata de um projeto de autoria do Deputado Rafael Greca que vai ser aprovado, vai ser aprovada a emenda do Deputado Erondy Silvério. E eu repito: não se trata

de um projeto político, mas sim de um projeto de humanidade desta Casa.

É incrível que entidades como essas precisem para sobreviver da promoção de particulares. Então, por isso eu faço um apelo aos demais Parlamentares: é preciso que se faça valer, senão de nada adianta estamos aqui votando e aprovando projetos de utilidade pública estadual, se essas entidades que têm esse projeto, que são beneficiadas por esse projeto, não forem atendidas numa hora dessas, numa hora de dificuldades pela qual passam.

Por isso, eu encareço aos Senhores Parlamentares para que votem com o coração, não votem em cima de uma lei fria, em cima de um papel, que muitas vezes é feito por pessoas insensíveis, por pessoas que não vivem o dia a dia de uma comunidade.

Nós votaremos favoravelmente, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Continua em votação o Projeto de Lei n. 88/87.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, apenas para justificar porque se fala muito na assistente social, no atendimento a entidades de utilidade pública. A Emenda do Deputado Erondy Silvério já é mais restritiva. E nós todos temos pleno conhecimento de que a própria Assembléia Legislativa muitas e muitas vezes fecha os olhos na questão de entidades de utilidade pública. Muitas entidades que não preenchem os requisitos de utilidade pública são declaradas de utilidade pública por este Plenário.

E entidades filantrópicas, embora o Nobre Deputado tenha uma Emenda Substitutiva alegando entidades filantrópicas, eu queria dizer que de minha parte temos demonstrado no curso da nossa vida, todos os Parlamentares, a preocupação pelas entidades filantrópicas que prestam serviços aos necessitados do nosso Paraná dos nossos Municípios, do nosso País. Não acreditamos, no entanto, que estejamos atendendo aos anseios das entidades filantrópicas pela isenção de água e de luz.

E gostaria de chamar a atenção dos nobres Parlamentares que mesmo que viessemos a aprovar uma lei isentando das tarifas de energia elétrica, não caberia a este Parlamento tal votação. É do conhecimento de todos nós que a COPEL não é pro-

priedade do Governo do Estado do Paraná, não somos acionistas majoritários na COPEL, não temos o poder de isentar a energia consumida, razão pela qual aguardo, evidente, que possamos em tempo futuro legislar sobre matérias mais abrangentes, passarmos inclusive a trabalhar um projeto que possa merecer a acolhida desta Casa. E por respeito à coerência na condução desta Bancada, em que muitas e muitas vezes rejeitamos aqui projetos de lei específicos de Parlamentares para entidades específicas, mantendo a posição de que, embora respeitando o alcance social da medida, somos uma Casa de Leis e precisamos exatamente respeitar o cumprimento das leis, sob pena de estarmos nós, aqui nesta Assembleia Legislativa, pela argumentação de que quem fez a lei não representa o conhecimento... ora lei feita no Parlamento é para ser cumprida. Sei que a minha participação nesse processo é antipática, é arriscada, no entanto, prefiro continuar com a condução de um projeto que não possa ser aprovado, até porque a Representação 890 ao Supremo Tribunal Federal tem jurisprudência firmada de que mesmo a sanção do Governo não vai suprir o vício de inconstitucionalidade de lei.

E como nós estamos aqui, junto com a SANEPAR, incluindo a COPEL, em relação às quais não somos o poder competente para isentar. Quero manter a posição de que solicitarei à nossa Bancada votação em contrário, embora saibamos do trabalho de cada um, individualmente, dos nossos Parlamentares, em favor dos órgãos de assistência social e órgãos filantrópicos, acreditando que este Parlamento tem o compromisso de zelar pelo cumprimento da lei e fazer leis que possam ser postas em prática, sob pena de vendermos falsas expectativas. Não se venha a alegar que apenas é um projeto autorizatório. Não nos cabe o direito de jogar falsas expectativas nas mãos de entidades que depois não venham a receber os benefícios oriundos da lei aprovada neste Parlamento.

Esta é a razão da justificativa, embora queira reconhecer publicamente aqui o alcance social da medida. No entanto, nós vemos pelo cumprimento do Regimento Interno, da disposição deste Parlamento e do poder que este Parlamento tem de inserir em órgãos do Estado e não em órgãos de economia mista, é que mantemos a posição de votação contrário a esse Projeto. Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Para encaminhar concedo a palavra ao Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Gostaria de louvar a iniciativa do nobre Colega Rafael Greca que apresentou um Projeto justo, muito oportuno. Nós sabemos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a dificuldade por que cada entidade passa para poder sobreviver e para alcançar os objetivos a que ela se propôs. É APMI, é creche, asilo, orfanato, é todo tipo de entidade, Senhor Presidente.

Nós temos vivido, e creio que todos os Deputados têm sido procurados por padres, pastores, freiras, bispos, leigos que vêm às vezes quase que em lágrimas expor as dificuldades de uma entidade para poder alcançar, arranjar recursos para poder prestar serviços. Nós temos algumas Prefeituras, como a própria Prefeitura de Londrina no nosso tempo de Prefeito, em que a entidade era isenta do pagamento de imposto ao município, inclusive quando era executado asfalto defronte à instituição de caridade.

Senhor Presidente, a mim me causa surpresa o que foi colocado pelo nobre Deputado Caíto Quintana, de que a COPEL não pertence ao Governo do Paraná não tem maioria de ações sobre a COPEL. Porque o que nós estamos vendo é que cabe ao Governador nomear o Presidente, os Diretores da COPEL. A propaganda que é estampada, desde os impressos da COPEL até aquilo que é publicado como matéria paga no jornal ou na televisão, diz lá: "Governo do Paraná - COPEL." Para mim é a primeira vez, nobre Deputado Caíto Quintana, que ouço tal afirmação. Eu desconhecia esse fato, e pediria até que Vossa Excelência, como líder do PMDB, esclarecesse inclusive qual o percentual de ações que o Governo do Paraná tem lá. Porque no meu raciocínio de leigo, se o governo tem minoria eu creio que teria que constar ali - Governo Federal. A partir do momento em que a gente vê essa ampla divulgação - COPEL Governo do Paraná, nós estamos entendendo que o Governo tem a maioria.

No caso da SANEPAR, eu creio que o raciocínio é o mesmo e na pior das hipóteses, Deputado Caíto Quintana e Senhores Parlamentares, esta isenção na verdade quem a acabará pagando será a população toda do Paraná, que estará fazendo uma caridade por vias indiretas, quer dizer, estará ajudando o asilo, a creche, a entidade de que o nosso nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti tanto defende aqui e traz com muita propriedade e muito recurso. Ele sabe melhor do que ninguém a dificuldade que esse pessoal atravessa. E realmente, às vezes para a entidade dar uma cadeira de rodas, um óculos, uma perna mecânica, um braço mecânico, pagar a operação de alguém. Eu fico feliz de ver o colega de Londrina, que tem feito esse trabalho, e

tenho certeza que também o companheiro Deputado Luiz Carlos Alborghetti vai, seguramente, ainda que seja a posição oficial da Bancada, no seu íntimo, tenho certeza, que ele gostaria de ver esta matéria aprovada. Porque aliviaria um pouco este fardo pesado das instituições filantrópicas do Paraná.

O nosso voto, como o dos demais companheiros do PDT, será pela aprovação do Projeto.

(Assume a presidência a Senhora Deputada Amélia Hruschka).

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Para encaminhar)

(Assentimento).

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Eu gostaria de lembrar a alguns Deputados, não a todos, porque nós temos Deputados que vieram da reeleição e novos Deputados neste Poder Legislativo através das eleições de 1986. Mas aos Deputados reeleitos e os atuais Deputados, nós gostaríamos de lembrar que há de nossa autoria um Projeto de Lei, aprovado por este Poder Legislativo, sancionado pelo Ex-Governador José Richa, isentando todas as taxas sanitárias cobradas das entidades filantrópicas. E eram cobrados através de métodos quadrados. E posso reafirmar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que foi um projeto de nossa autoria, constitucional, foi analisado o seu aspecto jurídico. Ele foi aprovado e veio ao encontro de todas as entidades do Paraná, através do Governo do PMDB, através de aprovação da bancada do meu partido e ainda com apoio de alguns Deputados da Oposição.

Nós gostaríamos de deixar bem claro nesta tribuna que se fizemos um comparativo com os benefícios que as entidades do Paraná receberam da isenção dessa taxa sanitária, os Senhores Deputados poderiam observar que matematicamente, pelos preços que eram cobrados, esses benefícios são muitos e muito grandes para as entidades.

Vossa Excelência, autor do Projeto, Deputado Rafael Greca, Projeto n. 88/87, nós entendemos que a sua posição, a sua preocupação também é a nossa preocupação. Mas nós somos testemunhas de que com as reformas econômicas no país, a SANEPAR, foi uma das empresas mais prejudicadas no Paraná através de seus recursos. Talvez, Vossa Excelência, por não acompanhar o trabalho de 1982 a 1986 não tenha tido a oportunidade de ter profundamente este conhecimento, o dos grandes problemas nos cortes econômicos que sofreu a SANEPAR.

Evidentemente, em contrapartida, a COPEL teve também as suas dificuldades, uma vez que nós tivemos vários problemas de utilidade pública, em que o Governo também participou com a sua parcela de ajuda ao

povo do Paraná.

Nós entendemos que os benefícios, quando já se trata de utilidade pública, existe a viabilidade, o acesso aos órgãos do Governo, tanto a nível estadual são reconhecidos, a nível municipal, a nível estadual e federal, os recursos que possam ser repassados através de outros meios canalizados para suprir esses problemas da rede de água e de luz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amélia Hruschka) - Continua em votação.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) - Senhora Presidenta, a questão de ordem é para comunicar a presença, na Casa, de um emissário da Sanepar, que nos vem convidar, aos Deputados, para um churrasco. Um churrasco na sede esportiva da entidade. Essa Sanepar tão necessitada do Deputado Dirceu Manfrinato.

Era isso.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) - Eu lamento profundamente que o Deputado Rafael Greca na tentativa de misturar uma votação, aja de forma tão deselegante. Na verdade, a Sanepar convidou esta Assembleia, e todos os parlamentares, indistintamente de partidos, para conhecer as razões dos aumentos que a Sanepar fez, conhecer a estrutura da entidade, conhecer o tratamento, conhecer a entidade no seu funcionamento. Lamentavelmente, misturam-se os fatos, tentando colocar como se a Sanepar quisesse fazer uma festa, coisa que não é verdade. Aliás, pela primeira vez, órgãos como a Telepar, Sanepar e Copel têm convidado a todos os Parlamentares, de todas as Bancadas, para discutir o programa, o sistema e conhecer a razão das tarifas das entidades. Não tem nada a ver com churrasco, não, Deputado.

(Reassume a presidência o Senhor Deputado Eduardo Baggio).

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sempre tive no meu conceito o ilustre Deputado Rafael Greca como um brilhante Parlamentar, um Deputado que, acima de tudo, através do seu nível de cultura, um Deputado que nós respeitamos pela sua cultura. Mas, parece-me, que neste instante ele deixa fugir um pouco da sua cultura, fugindo para o lado da ignorância.

É lamentável, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Eu gostaria de informar ao nobre Deputado, que Vossa Excelência já encaminhou a Votação e não procede o pedido pela or-

dem, visto que Vossa Excelência está se referindo à mesma coisa e não está se infringindo qualquer dispositivo legal.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Então eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, apesar de não ter o amparo no Regimento Interno, mas a minha questão pela ordem foi levantada na seqüência, depois que o Deputado Rafael Greca atingiu a um órgão do Governo, ela não foi anterior, e sim, posterior.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está em Votação o Projeto de Lei nº 88/87. Com a palavra o Sr. Deputado Ezequias Losso, para encaminhar.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há algum tempo atrás tive a oportunidade de ser o autor de um Projeto de Lei semelhante ao que está sendo colocado em Votação. Naquela oportunidade ele foi vetado pelo chefe do Poder Executivo Estadual. Veto este aceito pelo Plenário desta Assembléia Legislativa, sob a justificativa de que as entidades que fornecem água potável e energia elétrica, em nosso Estado, são regidas pela Lei das Sociedades Anônimas. E esta Lei atribui aos integrantes das respectivas diretorias a competência para decidir a respeito de isenções ou de concessões e acontece que no Estatuto da Copel, por exemplo, há uma proibição expressa quanto a qualquer tipo de gratuidade de serviços. E por esta razão, alegou o Sr. Governador, na época, o Governador Jaime Canet Júnior, a impossibilidade de ser adotada esta medida, que realmente é de grande relevância social.

Votarei a favor do Projeto de Lei, nesta oportunidade, fazendo esta ressalva. Sugerindo ao eminente autor, Sr. Deputado Rafael Greca, uma mudança nos termos em que está posto o Projeto de Lei, para autorizar o chefe do Executivo a efetuar o pagamento dos valores correspondentes às taxas de energia elétrica e de água e esgotos, às entidades competentes para receber as mesmas taxas. Assim eu acredito não haverá a ilegalidade que poderá ser invocada novamente pelo chefe do Poder Executivo Estadual a esta iniciativa que merece todo o apoio e toda a consideração dos que estão nesta Casa representando o pensamento do povo paranaense.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Costenaro.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós entendemos as argumentações de ordem legal e naturalmente entendemos que elas também foram colocadas no estatuto desses órgãos, é justamente com o objetivo de protegê-los para que eles fiquem intocáveis sem ter que fazer doação a ninguém, talvez, ou àquele a quem lhe convier.

Entendemos perfeitamente o Projeto do Deputado Rafael Greca, porque militamos em muitas oportunidades na vida comunitária, trabalhando em defesa de entidades filantrópicas, no interior, principalmente. E não será diferente na Capital. As entidades filantrópicas sobrevivem e se arrastam nas doações que recebem da comunidade, nas minguadas doações que recebem dos governantes, ainda que podemos dizer, até por conhecimento na prática, que a medida em que os anos avançam os governantes ainda que como pedras, estão sendo sensibilizados e cada vez mais há entendimento recebe um pouco mais de apoio.

Mas, isto está ainda muito longe da realidade do que fazem as comunidades organizadas no interior. Com o trabalho das comunidades se erguem igrejas, organizações e escolas, e fez-se o progresso desse Paraná, com o sacrifício do povo.

Agora, porque não, ainda que pesem as dificuldades, é uma empresa, podemos dizer rica, organizada, estruturada. A Copel é a mesma coisa, com condições plenas de se preocupar com a economia, diminuindo os altos custos das mordomias, das propagandas. Porque eu não acredito que se consuma luz porque a Copel fez uma bela propaganda; eu não acredito que se consume água porque a Sanepar fez uma bela propaganda.

Consome-se água porque é necessário; consome-se luz porque é necessário. Então não é necessário propaganda, não é necessário divulgar o nome daqueles que a dirigem, porque são órgãos do governo. É programa de governo a expansão e o desenvolvimento.

Então desde que se concede aos governantes autorização para que gastem fortunas em propagandas, porque não conceder autorização ou que seja debitado numa conta isolada para o governo, como contribuição desses órgãos, para que possa atender as entidades filantrópicas que caminham com toda a sorte de dificuldades.

Tanto é que elas lidam e trabalham diariamente com a miséria, com a pobreza, com os ricos e com os mais afortunados apenas para com as doações, mas com a grande massa nas contribuições, que são sempre poucas.

Nós entendemos a posição desses órgãos, que querem continuar acomodados. Mas acho também, e nesta oportunidade aproveito para fazer uma denúncia: nós observamos

nas escolas públicas e em tantos órgãos públicos, que às vezes, nos feriados, nos domingos, passam durante o dia todo luzes e mais luzes acesas, consumindo energia, gastando uma grande fortuna, que naturalmente a empresa estatal debita ao Governo. Agora, por que não doar às entidades? Aí vem uma outra pergunta, como me foi dito, não vou citar o nome do cidadão que falou dizendo que qualquer grupo se organiza, e cria uma entidade filantrópica!

Porém, caberá a nós a fiscalização, caberá a nós a obrigação de quando concedermos o título de entidade filantrópica, exigir todos os requisitos, a fiscalização, pelo funcionamento, porque toda entidade filantrópica, para receber um atestado de funcionamento, ela tem que ter o atestado de uma autoridade, do Promotor, ou do Juiz, ou do Prefeito, ou do chefe da Receita Federal. Essas autorizações, que sejam dadas pelos Prefeitos Municipais, que sejam dadas através de fiscalização severa, aí então, as entidades filantrópicas - se é que existem - "fantasmas", deixarão de existir e serão beneficiadas aquelas que realmente atendem a população.

Portanto, com essas afirmações que faço, não cabe a mim julgar se a Sanepar tem recursos para doar a água ou não; se é o Governo do Estado que deve pagar; se a Copel tem ou não recursos. Mas, acho que é importante esse Projeto do Deputado Rafael Greca e manifesto o meu apoio a esse Projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Continua em votação o Projeto de Lei nº 88/87.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - (Para encaminhar a votação).

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) - Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Sr. Deputado Paulino José Delazeri.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Trago a esta Casa uma reflexão que me parece importante.

Já foi dito, pelo relator da matéria, de que essa matéria já foi apreciada por diversas vezes, inclusive em outras Legislaturas. E a matéria é inconstitucional. Se votarmos favoravelmente a esta matéria, será, nada mais nada menos, do que um ato de intenções ou, para algumas pessoas, um ato de demagogia, porque certamente será vetada em vista da inconstitucionalidade da matéria.

O que eu proponho é que as Lideranças dos Partidos, das Bancadas nesta Casa reú-

nam-se e encontrem uma alternativa efetivamente viável, buscando uma alternativa razoável, para que nós não fiquemos aqui votando, e depois o Projeto seja vetado, e dando em nada, uns querendo capitalizá-lo, outros querendo atribuir a responsabilidade a uma ou outra Bancada, a um ou outro Deputado.

O que eu proponho, Sr. Presidente, é que, com maturidade, com o objetivo real de se chegar ao encaminhamento da solução do problema, nós encontremos uma fórmula de se viabilizar esse Projeto. Já foram apontadas duas ou três alternativas aqui. A sugestão, por exemplo, de ter uma Dotação Orçamentária no Orçamento do Estado, para que ele remunere e transfira o pagamento dessas contas das entidades verdadeiramente filantrópicas; e outras alternativas, porque, certamente, votando favoravelmente nós teremos o Projeto, vetado, e, o Projeto vetado nós estaremos aqui, nada mais nada menos, do que praticando um ato de demagogia. E eu acho que este Poder não pode se permitir praticar demagogia e não chegar ao objetivo fundamental, que é a solução de um problema que existe na comunidade.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) - Em votação o Projeto.

A SRA. VERA AGIBERT - (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência informa que irá colocar em votação o Projeto, após o que procederá à verificação de votação.

Em votação o Projeto. Onze Senhores Deputados o aprovam; doze Senhores Deputados o rejeitam. Não há "quorum" para deliberação, somente para prosseguimento da sessão.

#### EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 129/87, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que denomina ESCOLA ESTADUAL MARIA SCARAMELLA MOREIRA - Ensino de 1º Grau, a Escola Estadual do DER, localizada no município de Piraí do Sul, Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Encerrada a discussão.

#### EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 171/87, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO NÚCLEO HABITACIONAL DR. TANCREDO DE ALMEIDA NEVES,

com sede e foro em Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.- Encerrada a discussão.

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 172/87, de autoria do Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor TEOBALDO VITÓRIO MACHADO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- EM REGIME DE URGÊNCIA.- Encerrada a discussão.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 35/86, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que dispõe sobre a obrigatoriedade do diagnóstico precoce da fenilcetonúria (FNC) e do hipotireoidismo congênito (HC), nas Casas Hospitalares do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. Com SUBSTITUTIVO GERAL de Plenário. EM REGIME DE URGÊNCIA.- Encerrada a discussão.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 75/87, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a "APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DO MUNICÍPIO DE MARIALVA", com sede e foro no município de Marialva-PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.- Encerrada a discussão.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 83/87, de autoria do Deputado DOMINGOS SCARPELLINI, que declara de Utilidade Pública o CLUBE DE ORATÓRIA DE APUCARANA, com sede e foro no mesmo Município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Encerrada a discussão.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 104/87, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que denomina a estrada que liga Japurá a São Carlos do Ivaí, de MARIA NIFA GARANHÃO. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Encerrada a discussão.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 142/87, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que cria o Distrito Administrativo de Pau D'Alho do Sul, no Município de Assaí, com sede na localidade do mesmo nome e as divisas que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Encerrada a discussão.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 199/86, de autoria do Deputado ADHAIL

SPRENGER PASSOS, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Pe. JOSÉ DE ALMEIDA PENALVA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Encerrada a discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 182/87, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA - APMI, do Distrito de Yolanda, Município de Ubatã. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Encerrada a discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 186/87, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ROCHA LOURES - ACROL, com sede e foro no Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Encerrada a discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 193/87, de autoria do Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná aos Irmãos LAFAYETTE E RICARDO QUEIROLO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Encerrada a discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 194/87, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE IPORÃ, - A.P.I., com sede e foro no Município de Iporã. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ignácio Campa, ocorrido no dia 18 de outubro do corrente ano. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lourival Ferreira, ocorrido no dia 18 de outubro do corrente ano. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ignácio Kampa, do Município de Araucária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Antônio Aguirre La-

mezon, ocorrido no dia 14 de outubro do corrente ano. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jairo Sampaio Viena, ocorrido no dia 17 de outubro do corrente ano, no Município de Jardim Alegre. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando voto de regozijo à classe dos professores, pela data comemorativa do dia do Professor. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando voto de regozijo à classe médica, pela passagem do dia comemorativo do Médico. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro do Trabalho, pleiteando a instalação de um Posto Regional daquele Ministério, no Município de Arapongas. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando voto de louvor às funcionárias do Instituto do Câncer, do Município de Londrina. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações sobre os critérios adotados pela SANEPAR, para majorar as tarifas de água e esgoto e qual o embasamento legal para esse procedimento. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a destinação dos equipamentos necessários à instalação de um gabinete odontológico no Distrito de Jardim Paredão, no Município de Altônia. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornal "Indústria e Comércio do Paraná" pela passagem do seu aniversário. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Justiça e Presidente da Constituinte, Câmara dos Deputados e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, encarecendo providências no

sentido de evitar a execução de ameaças que vêm sendo feitas ao Coordenador da Comissão Pastoral da Terra. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Justiça, encarecendo investigações e providências com relação às constantes denúncias do contrabando de armas por parte da UDR. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Justiça e Secretário da Justiça da Bahia, pedindo o julgamento dos ex-membros do Partido dos Trabalhadores, presos por tentativa de assalto ao Banco do Brasil, ocorrido no Município de Salvador, Bahia. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário do Trabalho e Ação Social, Indústria e Comércio, Delegado Regional do Trabalho, Presidente da Empresa Cidade Industrial de Curitiba, Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, Presidente da Federação das Indústrias do Paraná, Presidente da Associação Comercial do Paraná, Presidente e Juizes do Tribunal Regional do Trabalho e ao Ministro do Trabalho, encarecendo empenho no sentido de evitar e coibir discriminação e perseguição ideológica aos trabalhadores da Cidade Industrial de Curitiba, através da Associação dos Empresários da CIC. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, pleiteando o repasse de verbas para a conclusão da obra do prédio da Delegacia de Polícia e Cadeia Pública do Município de Marialva. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário das Finanças, encarecendo a não tributação do ICM sobre o leite pasteurizado. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a inclusão de mais duas varas Especializadas em Delitos de Trânsito, nesta Capital, e criando nas Comarcas de Entrância Final dos municípios de Londrina, Maringá, Cascavel e Ponta Grossa, uma Vara Especializada em Delitos de Trânsito. - **Encerrada a discussão.**



Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, viabilizando a criação nas Comarcas de Entrância Final dos Municípios de Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel, de Delegacia Especializada em Delitos de Trânsito. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Política Habitacional, encarecendo seja incluído, dentro do Projeto Mutirão Habitacional, destinado ao Município de Umuarama, todos os Distritos e Patrimônios daquele Município. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Jornal "Indústria e Comércio" do Paraná, pela passagem do 11º aniversário de fundação. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao IBDF, pela comemoração do cinquentenário dos Parques Nacionais Brasileiros. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor-Superintendente da FASPAR, encarecendo auxílio financeiro para o Clube das Mães Dona Elisa, do Jardim Alvorada, no Município de Campo Mourão. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da L.B.A., encarecendo auxílio financeiro para a Creche Santa Luzia, do Distrito de Guarani, no Município de Mamborê. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Previdência Social, com o objetivo de viabilizar uma licitação para adquirir, por parte do Governo Federal, um dos hospitais do Município de Umuarama. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, pleiteando a instalação de uma unidade de atendimento daquele Banco, no Município de Kaloré. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a

ligação asfáltica na PR-460, passando por Nova Tebas, Poema, Mil Alqueires, Godoy Moreira, até o Município de São João do Ivaí. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, da Nota Oficial da Itaipu Binacional, publicada em diversos jornais do Estado, sobre os honorários do Ministro Ney Braga. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Município de Abatiã, pela passagem do aniversário de emancipação política daquele município. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Associação Feminina de Proteção à Maternidade e à Infância desta Capital, pela passagem do 73º aniversário de fundação. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Professora Luci Faust, pelo trabalho que vem realizando no exercício de sua profissão. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo reparos na ponte localizada nas divisas dos Municípios de Curitiba com São José dos Pinhais. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo informações sobre a paralisação das obras do edifício destinado a um terminal rodoviário no Município de Quitandinha. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo providências necessárias à extinção das Delegacias de Falsificação e Defração e de Costumes, desta Capital. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando votos de louvor ao jornal "Indústria e Comércio", pelo 11º aniversário. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pelo 31º aniversário de fundação do jornal "Tribuna do Paraná". - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputa-

do Rafael Greca, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao jornal "Indústria e Comércio", pelos 11 anos de sua fundação. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando votos de congratulações a diversos artistas e galerias, desta Capital. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo a instalação de um telefone na Escola Estadual Lange Júnior, Alto Boqueirão - Jardim Castelo Branco, nesta Capital. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando votos de congratulações a Sra. Paula Pedroso do Amaral, pelo 37.º aniversário da Creche Ana Messias e pelos 73 anos de fundação da Associação Feminina de Proteção à Maternidade e à Infância, desta Capital. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Presidente do jornal "Indústria e Comércio", pelos 11 anos de fundação. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Coritiba Futebol Clube, pela passagem do seu 78.º aniversário de fundação. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações a todos os médicos, pela passagem do "Dia do Médico". - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao novo Presidente da TELEPAR, Sr. Fernando Xavier Ferreira, bem como a instalação de um telefone comunitário na Favela de Santa Luzia do Tatuquara, desta Capital. - **Encerrada a discussão.**

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - (Pela Ordem). Este Deputado solicita informação à Mesa, sobre um requerimento de urgência da Proposição à Emenda Constitucional 040/87.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Faltou quórum para deliberação e evidentemente ficaram muitos requerimentos adiados, já com discussão encerrada e que não dependiam de discussão, ficando para votação na próxima sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

##### EM VOTAÇÃO

- 3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 36, 199/86, 75, 83, 104 e 142/87.

##### EM VOTAÇÃO

- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 182, 186, 193 e 194/87.

##### EM VOTAÇÃO

- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 88, 129, 171 e 172/87.

- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 97/85.

Levanta-se a Sessão.